

EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil

EXEMPLAR ÚNICO

EXEMPLAR ÚNICO

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LI - N° 210

TERÇA-FEIRA, 12 DE NOVEMBRO DE 1996

BRASÍLIA - DF

EXEMPLAR ÚNICO

<p><b>MESA</b></p> <p><b>Presidente</b> José Samey – PMDB – AP</p> <p><b>1º Vice-Presidente</b> Teotonio Vilela Filho – PSDB – AL</p> <p><b>2º Vice-Presidente</b> Júlio Campos – PFL – MT</p> <p><b>1º Secretário</b> Odacir Soares – PFL – RO</p> <p><b>2º Secretário</b> Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p><b>3º Secretário</b> Levy Dias – PPB – MS</p> <p><b>4º Secretário</b> Emandes Amorim – PMDB – RO</p> <p><b>Suplentes de Secretário</b></p> <p>Antônio Carlos Valadares – PSB – SE Eduardo Suplicy – PT – SP Ney Suassuna – PMDB – PB Emília Femandes – PTB – RS</p> <p><b>CORREGEDORIA PARLAMENTAR</b></p> <p><b>Corregedor</b> (Eleito em 16-3-95) Romeu Tuma – PSL – SP</p> <p><b>Corregedores – Substitutos</b> (Eleitos em 16-3-95)</p> <p>1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS 2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE 3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE</p> <p><b>PROCURADORIA PARLAMENTAR</b> (Designação: 16 e 23-11-95)</p> <p>Nabor Júnior – PMDB – AC Waldeck Ornelas – PFL – BA Emília Femandes – PTB – RS José Ignácio Ferreira – PSDB – ES Lauro Campos – PT – DF</p>	<p><b>LIDERANÇA DO GOVERNO</b></p> <p><b>Líder</b> Elcio Alvares – PFL – ES</p> <p><b>Vice-Líderes</b> José Roberto Arruda – PSDB – DF Wilson Kleinübing – PFL – SC Ramez Tebet – PMDB – MS</p> <p><b>LIDERANÇA DO PMDB</b></p> <p><b>Líder</b> Jáder Barbalho</p> <p><b>Vice-Líderes</b></p> <p>Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvam Borges Fernando Bezerra Gilberto Miranda</p> <p><b>LIDERANÇA DO PFL</b></p> <p><b>Líder</b> Hugo Napoleão</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Edison Lobão Francelino Pereira Joel de Holanda Romero Jucá</p> <p><b>LIDERANÇA DO PSDB</b></p> <p><b>Líder</b> Sérgio Machado</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Geraldo Melo José Ignácio Ferreira Lúdio Coelho</p>	<p><b>LIDERANÇA DO PPB</b></p> <p><b>Líder</b> Epitacio Cafeteira</p> <p><b>LIDERANÇA DO PT</b></p> <p><b>Líder</b> José Eduardo Dutra</p> <p><b>Vice-Líder</b> Benedita da Silva</p> <p><b>LIDERANÇA DO PTB</b></p> <p><b>Líder</b> Valmir Campelo</p> <p><b>LIDERANÇA DO PDT</b></p> <p><b>Líder</b> Júnia Marise</p> <p><b>Vice-Líder</b> Sebastião Rocha</p> <p><b>LIDERANÇA DO PSB</b></p> <p><b>Líder</b> Ademir Andrade</p> <p><b>LIDERANÇA DO PPS</b></p> <p><b>Líder</b> Roberto Freire</p> <p><b>LIDERANÇA DO PSL</b></p> <p><b>Líder</b> Romeu Tuma</p>

<p><b>AGACIEL DA SILVA MAIA</b> Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p><b>CLAUDIONOR MOURA NUNES</b> Diretor Executivo do Cegraf</p> <p><b>JÚLIO WERNER PEDROSA</b> Diretor Industrial do Cegraf</p>	<p><b>EXPEDIENTE</b></p> <p><b>RAIMUNDO CARREIRO SILVA</b> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p><b>MANOEL MENDES ROCHA</b> Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p><b>DENISE ORTEGA DE BAERE</b> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	<p><b>DIÁRIO DO SENADO FEDERAL</b></p> <p>Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, nº 31 RISF)</p>
--	---	--

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

<b>1 – ATA DA 192ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996</b>	
1.1 – ABERTURA	
1.2 – EXPEDIENTE	
1.2.1 – Leitura de projeto	
Projeto de Lei do Senado nº 242, de 1996, de autoria do Senador Roberto Requião, que altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados em relação aos cigarros destinados à exportação.....	18324
1.2.2 – Discursos do Expediente	
SENADOR ROBERTO REQUIÃO – Intenção do Governo Federal em demitir 55 mil servidores públicos, no momento que é reformado o avião presidencial e inaugurada a nova piscina aquecida do Palácio do Planalto. Comentando notícia veiculada no <i>Jornal do Estado</i> , editado em Curitiba/PR, dando conta de que o ex-Vereador de Curitiba, Doátilo Santos, terá que indenizar o Governador Jaime Lerner por danos morais. Falta de transparência na publicação dos dados do balanço do Estado do Paraná pelo Governador Jaime Lerner. Questionando a isenção fiscal concedida a empresa americana Chrysler pelo Governo do Estado do Paraná.....	18342
SENADOR FRANCISCO ESCÓRCIO – Homenagens ao Senador Alexandre Costa e a seus pais.....	18325
SENADOR ADEMIR ANDRADE – Relatando a sua participação nas campanhas eleitorais para prefeito, da Sra. Kátia Bom, em Maceió, Wilma de Farias, em Natal, Célio de Castro, em Belo Horizonte e Serafim Corrêa, em Manaus. Declarações do Presidente Fernando Henrique Cardoso, por ocasião de sua viagem ao Chile, sobre a privatização da Companhia Vale do Rio Doce. Ausência de posicionamento público do Diretório Nacional do PSB sobre a questão da reeleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso.....	18329
SENADOR EDISON LOBÃO – Celeridade do processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce, sem a devida consideração aos argumentos contrários apresentados por membros do Congresso Nacional. Méritos dos artigos publicados pelo jornalista Hélio Fernandes, nos dias 7 e 9 do corrente mês, na <i>Tribuna da Imprensa</i> , sobre a privatização daquela empresa.....	18331
SENADOR SEBASTIÃO ROCHA – Discordâncias de S. Ex <sup>a</sup> em relação à Instituição do "provão". Lamentando a saída do Ministro Adib Jatene, da Saúde.....	18338
SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Polêmica da aplicação do "provão" e de outros mecanismos de avaliação do sistema universitário. Importância da educação no processo de inserção do País na competição internacional.....	18340
SENADOR GILVAM BORGES – Congratulando-se com o pronunciamento do Senador Lúcio Alcântara. Saudando a iniciativa do governo pela edição da Medida Provisória nº 1.526; de 1996, que dispõe sobre o regime tributário das micro empresas e das empresas de pequeno porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Pode – SIMPLES e dá outras providências. Declarações atribuídas pela imprensa ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, contestando a liderança, prestígio e influência do Senador José Samey.....	18342
1.2.3 – Comunicação da Presidência	
Término do prazo regimental, na última sexta-feira, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 293, de 1995, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que dispõe sobre as contas hospitalares no Sistema Único de Saúde e dá outras providências.....	18344
1.2.4 – Discurso encaminhado à publicação	
SENADOR VALMIR CAMPELO – Importância das micro e pequenas empresas para a economia mundial. Edição pelo Presidente da República da Medida Provisória nº 1526, referente ao regime tributário das micros e pequenas empresas, iniciativa esta que atropela a proposta do Senador José Samey, ora tramitando na Câmara dos Deputados.....	18344
1.3 – ENCERRAMENTO	
2 – ATOS DO DIRETOR-GERAL	
Nºs 1.272 e 1.273, de 1996 .....	18345
3 – MESA DIRETORA	
4 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
5 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
6 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS	
7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
9 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)	

## Ata da 192<sup>a</sup> Sessão Não Deliberativa em 11 de novembro de 1996

**2<sup>a</sup> Sessão Legislativa Ordinária, da 50<sup>a</sup> Legislatura**  
**Presidência dos Srs.: Valmir Campelo e Ademir Andrade**  
**(Inicia-se a Sessão às 14h e 30min)**

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) — Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) — Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Edison Lobão.

É lido o seguinte:

### PROJETO DE LEI DO SENADO N°242, DE 1996

**Altera a legislação do Imposto sobre  
Produtos Industrializados em relação aos  
cigarros destinados à exportação.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os cigarros e cerveja em lata destinados à exportação não poderão ser vendidos nem expostos à venda no País, devendo a embalagem de cada maço ou carteira de vinte unidades e lata de cerveja, bem como os pacotes e outros envoltórios que os contenham, exibir, obrigatoriamente, tarja vermelha com os seguintes dizeres impressos em letras de cor branca: "Produto para exportação – venda proibida no Brasil".

§ 1º A tarja, situada em toda a extensão da frente, verso e laterais da parte inferior do maço ou da carteira ou lata de cerveja, terá a altura mínima de quinze milímetros.

§ 2º Nos pacotes, latas e demais envoltórios, a tarja, na forma do parágrafo anterior, situada perpendicularmente à sua maior dimensão, não poderá ter a altura inferior à quinta parte desta.

§ 3º Caso a embalagem tenha cor vermelha ou semelhante, a tarja será verde e os dizeres em letra branca.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor em trinta dias após a sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

### Justificação

A palavra vergonha não é mais suficiente para definir a situação da venda ilegal de cigarros em nossas cidades. Cigarros destinados originariamente à exportação e que são reintroduzidos clandestinamente no País ou – pior – que daqui sequer chegam

a sair, são vendidos, aos milhares de pacotes, nos centros das grandes cidades, à vista de todos e debaixo do nariz das autoridades que deveriam coibir tais práticas criminosas e lesivas à economia nacional.

Em nossas capitais não são poucas as praças em que encontramos camelôs atrás de seus tabuleiros ou portando uma sacola repleta de cigarros "paraguaios", oferecidos aos transeuntes por preço bastante atraente. Como esses produtos são idênticos aos destinados à venda interna, fica fácil concluir que a preferência do consumidor inclinar-se-á para a mercadoria mais barata.

O prejuízo causado à Fazenda Nacional é deveras significativo, pois as operações de exportação de cigarros para o Paraguai e demais países do Cone Sul (que não saem fisicamente do Brasil ou que retornam clandestinamente para cá) vêm crescendo bruscamente nesses últimos anos. Como a exportação não está sujeita a nenhum tributo, subtraem-se dos cofres públicos o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que incidiria sobre o cigarro à alíquota de 330% (trezentos e trinta por cento), e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), cuja alíquota, no caso, seria de 25% (vinte e cinco por cento), cumulativo com o IPI.

Além disso, a lei tributária federal confere aos exportadores crédito para abatimento do IPI devido, equivalente ao valor das contribuições relativas ao PIS e à Cofins, o que faz agravar o dano que essa modalidade de evasão ilegal causa ao Erário, tão carente de recursos para prover as mais elementares necessidades públicas com Saúde, Educação e Segurança. Situações dessa natureza, não atacadas por comodidade e inoperância da Administração Pública, levam esta a propor a criação de novos tributos, como a recém-aprovada CPMF, com o objetivo de compensar as perdas decorrentes das mais variadas e amplamente conhecidas modalidades de sonegação fiscal.

A ausência de todos esses tributos na exportação faz com que o preço desses cigarros, a despeito do risco e das possíveis propinas envolvidas nas operações ilegais, possam ser reduzidos em nosso mercado à metade do preço de varejo do mesmo ci-

garro destinado legalmente ao mercado interno, o que cria, inclusive, um caso de concorrência desleal, em detrimento de comerciantes honestos e regularmente estabelecidos.

É claro que perdem, também, os Estados e Municípios. Ambos, pela sua participação no ICMS, que deixa de ser arrecadado em decorrência da exoneração das exportações e pela redução na receita do IPI, imposto que integra os Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios.

O livre comércio dos cigarros, objeto do crime de descaminho, salta aos olhos, ensejando, até mesmo, a desconfiança da opinião pública na lisura de comportamento característica dos agentes encarregados da fiscalização tributária. Note-se que, atingidas em seus direitos as três esferas de Poder, salvo esperteza magnífica dos comerciantes ilegais de cigarros, é inevitável concluir pela omissão ou corrupção dos servidores dos Fiscos federal, estadual e municipal.

É, efetivamente, um grande vexame demonstrado por um Poder Público incapaz de desempenhar uma de suas mais comezinhas funções que é a de reprimir atos ilícitos praticados à luz do dia e sob as barbas das autoridades, e urge que alguma medida de resultado efetivo seja adotada, não bastando as simples denúncias, já interadamente apresentadas à Receita Federal, que nenhum efeito surtiram.

Nossa proposição legal, se acatada pelo Congresso Nacional, com certeza, promoverá redução drástica no mercado ilegal de cigarros, pelo impacto que a caixa vermelha e a expressão nela inscrita causarão nos consumidores. O pequeno selo de controle, atualmente existente, indicando que o produto é destinado à exportação, quase nenhum efeito produz nos compradores desses cigarros. Ao revés, observando a tarja vermelha e a proibição nela contida, o interessado na compra do cigarro refletirá, antes de adquiri-lo, e tenderá a evitar a aquisição de um produto por meios ilícitos.

Não há como ser contrário a este projeto. Os únicos interessados na manutenção da atual situação são os praticantes do descaminho e comerciantes ilegais de cigarro. Além desses, talvez percam as indústrias de cigarros, não pelo acréscimo (que não existirá) no custo das embalagens em decorrência de sua fabricação com a tarja, mas pela redução em suas exportações, que geram lucros maiores que as vendas no mercado interno.

Pelas razões expostas, submetemos este projeto ao exame do Congresso Nacional que, indefeso na proteção ao patrimônio público e à Fazenda

Nacional, decerto renderá seu apoio integral no sentido de sua célere aprovação, para que possa, o quanto antes, surtir os seus efeitos esperados.

Pelas mesmas razões incluímos as latas de cerveja "exportadas".

Sala das Sessões. 11 de novembro de 1996. – Senador Roberto Requião.

(À Comissão de Assuntos Econômicos – Decisão Terminativa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) – O projeto de lei será publicado e remetido à Comissão competente.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Requião.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (PMDB-PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, é meu desejo fazer da tribuna do Senado Federal, nesta tarde de segunda-feira, uma resenha dos fatos importantes, conforme o julgamento da Imprensa, acontecidos na República e no meu Estado.

Na República, a Imprensa nota com insistência nas pequenas colunas a próxima inauguração da nova piscina aquecida do Palácio do Planalto. Um sistema italiano, diz a Imprensa, vai garantir a manutenção da água de Sua Excelência, o Presidente da República, em 30 graus.

Tomamos, ainda, conhecimento de que o avião presidencial foi todo redescorado em tons de cinza, a cama presidencial foi substituída por uma cama king size, cama do rei, cama com tamanho de rei, e as duchas agora estão sobrealimentadas com novos tanques de água morna.

Enquanto isso, Sr. Presidente, o Governo anuncia a demissão de 55 mil funcionários públicos federais. Fico aqui imaginando, de mim para comigo, se não seria interessante, à moda irônica das tiradas do velho Antônio Gramsci, que alguém apresentasse um projeto de lei autorizatório. Tal projeto autorizaria o Presidente da República a receber os funcionários que pretende demitir ou pela demissão simples, seca e direta, ou pela demissão estimulada, para que, como num prêmio, semelhante àquele que os condenados à morte recebem na satisfação de seu último desejo, possam também eles contemplar a piscina presidencial com águas aquecidas, ou a nova decoração do avião de Sua Excelência, tão bonito e harmonioso como uma verdadeira boate voadora. Um funcionário do meu gabinete ainda sugeriu que o Presidente desse uma senha a cada um dos funcionários admitidos no Palácio ou no avião, para

que um de cada cem pudesse banhar-se na piscina ou tomar uma ducha nas águas do avião presidencial.

É uma ironia. Em qualquer país do mundo nenhuma importância teria a mudança na decoração do avião presidencial ou a instalação de um sistema de aquecimento da piscina do Palácio do Presidente da República. Entretanto, nós estamos diante de um Governo que acredita que o desemprego de centenas de milhares de pessoas é apenas um desajuste setorial e que festeja a famosa modernidade à custa do desemprego.

Os funcionários públicos demitidos, Sr. Presidente, saem do guarda-chuva da viúva e ficam sob guarda-chuva nenhum, porque o setor privado está desempregando. Faz-se um reajuste de forma cruel apenas seguindo e obedecendo fórmulas do Fundo Monetário Internacional e dos grandes capitais interessados na globalização do Brasil, a globalização do nosso mercado.

Sr. Presidente, procuro notícias nos jornais do Paraná e encontro uma que é uma verdadeira pérola. O Jornal do Estado, editado em Curitiba, anuncia que um ex-vereador da cidade, Doático Santos, terá de indenizar o atual Governador por danos morais.

Diz o jornal:

"O ex-vereador Doático Santos (PMDB) foi condenado a pagar indenização por dano à honra ao governador Jaime Lerner" – é uma coisa muito séria a honra de um governador, não é, Sr. Presidente? "A 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça negou ontem a apelação do ex-vereador, que tentava mudar a sentença. Segundo o processo, quando vereador, Doático determinou a distribuição de jornais e cartazes que violaram a honra e a imagem do então prefeito Jaime Lerner. Os panfletos afirmavam que o "Bonde Moderno", projeto do então Prefeito, era uma "maracutaia" e uma negociação vergonhosa de US\$240 milhões".

O Governador (ou o vereador) fazia isso no exercício do seu mandato, denunciando o que acreditava incorreto.

"O réu argumentou ter, como vereador, exercido um direito de crítica assegurado pela Constituição. O relator do processo, Juiz Alvaldo Stela Alves, esclareceu que a inviolabilidade dos vereadores garante apenas a irresponsabilidade jurídica quando esses exercem suas funções. "Não é atividade parlamentar a confecção e distribuição

de panfletos, nem a impressão e colocação de cartazes em postes, com a deliberada intenção de violar a honra de alguém", explicou o Juiz.

O Governador Jaime Lerner – grande democrata –, "comemorou a vitória judicial a caminho de Londrina. Hoje ele estará na cidade para inaugurar a Estação do Ofício – Linha da Informática, e entregar veículos e equipamentos para o IML, Corpo de bombeiros e PM.

O release é oficial, do Governo do Estado. O governador está comemorando a condenação do vereador que chamou a atenção da cidade para uma maracutaia que envolvia a instalação do veículo leve sobre trilhos, o famoso bonde urbano.

Fui prefeito. Já conhecia a maracutaia de algum tempo. Algumas dezenas de funcionários públicos ligados ao ex-prefeito e atual governador viajaram para a França e depois para a Alemanha, em um verdadeiro festival turístico, para tratar da implantação desse bonde. Não era razoável, não era sério; era exatamente uma maracutaia – uma palavra nordestina que define um negócio mal explicado. Talvez os juízes do Paraná queiram condenar a mim também, por estar falando desta Tribuna apoiado pela televisão do Senado. O governador, para não ficar restrito ao âmbito estreito do plenário da câmara municipal, confinado ao plenário da câmara municipal – uma vez que, já naquela época, a prefeitura dominava a mídia com sua capacidade de intervenção através da liberação de verbas – fez um jornal. Igual, Sr. Presidente, ao jornal que certamente faz V. Exª e fazem os 81 Senadores desta Casa. Foi condenado.

Quando deixei o governo, o Governador Jaime Lerner pacificou o Estado do Paraná. Eu tinha atritos sérios com o Poder Judiciário em função das suas exigências salariais, que não se conformavam com as possibilidades do orçamento estadual. Mas o governador assumiu e pacificou. Provavelmente agora está colhendo os resultados dessa pacificação.

De minha parte, Sr. Presidente, vou procurar a Assessoria Legislativa do Senado para verificar com base no que essa aberração jurídica foi cometida e tentar, modificando a lei, eliminar as dúvidas para viabilizar concretamente a possibilidade de que um vereador sério, na tribuna da assembléia, um deputado sério, na Câmara Federal, e os senadores possam dizer exatamente o que pensam, denunciando aquilo que acreditam deva ser denunciado, sem o risco da condenação e do festejo das autoridades de plantão no Executivo a cada momento.

Desta tribuna, Sr. Presidente, tenho denunciado alguns absurdos que ocorrem no Paraná. Denunciei, com base em dados do Diário Oficial do Estado, que de janeiro a julho houve o comprometimento da receita líquida corrente disponível do Paraná:em média, em 84,5%.

Reiterei essa denúncia. Em agosto, o comprometimento da receita líquida disponível com a folha chegou a 97,2%. Mas o nosso Governador Jaime Lerner não é um homem de meias medidas. Ele não ficaria impassível diante da denúncia formulada pelo Senador do Paraná cobrando uma solução imediata. O governador, de forma inteligente e criativa – a mídia diz que a inteligência e a criatividade caracterizam o governador do meu Estado -, tomou uma providência bastante semelhante àquela que tomou contra o vereador que o criticou: proibiu a publicação dos dados do balanço do Estado. Embora a lei assim determine, o Paraná passou a não mais publicar os dados do seu balanço.

Fiz uma outra denúncia: a denúncia contra a guerra fiscal. Os governadores estariam dando às montadoras de automóveis, por exemplo, vantagens absolutamente inadmissíveis e contrárias aos interesses dos nossos Estados.

O nosso governador também não teve dúvida; agiu de imediato e declarou que os contratos entre o Estado do Paraná e a empresa francesa Renault, bem como os contratos com a empresa americana Chrysler, eram segredo de Estado e proibiu sua divulgação e publicação.

Sr. Presidente, não é mais possível que a coisa pública seja tratada dessa forma. Tentei impetrar uma ação popular. Talvez por um erro formal do advogado que me representou, o juiz indeferiu a ação popular. Não foi o mesmo juiz nem a mesma câmara que condenou o vereador. Mas o indeferimento ocorreu. Acredito que possa ter havido problema formal, mas, sem sombra de dúvida, o problema poderia ter sido saneado conforme determinação do Dr. Juiz no processo.

Sr. Presidente, tenho em mãos um quadro comparativo – organizado pela Chrysler em São Paulo -, onde se contrapõem as ofertas do Rio Grande do Sul às do Paraná.

Por que as montadoras estão vindo para o Brasil, Sr. Presidente? Antes elas não vinham. Na época da alíquota de 20%, a Chrysler, por exemplo, resolveu instalar a fábrica do seu magnífico jeep che-rokee na Argentina, porque, praticando-se aqui uma alíquota de 20%, era mais fácil exportar depois para o Brasil do que produzir aqui.

O Governo Federal inaugurou uma política automotiva, que é mais ou menos a seguinte: a empresa que se instalar em território nacional passa a poder importar automóveis montados com uma alíquota de 35% – hoje essa alíquota é da ordem de 70%. É uma vantagem. À medida que exporta veículos populares produzidos no Brasil para o Mercosul, a empresa tem a possibilidade de importar veículos de luxo com alíquota privilegiada, qual seja, a metade da alíquota de mercado.

Mais do que isto, Sr. Presidente, através de um contrato com o Governo Federal, as alíquotas de 70% para importação de autopeças caem, em alguns casos, a níveis inferiores a 2%. Então, existe um estímulo muito grande à instalação de montadoras no território nacional.

O estímulo está dado. Os Estados, então, concorriam com a sua infra-estrutura. E o Paraná é privilegiado no que diz respeito à infra-estrutura. Mesmo com excedente de energia elétrica, estamos construindo a Usina de Caxias, que vai aumentar de forma extraordinária o nosso excedente. Não temos greve. Temos uma mão-de-obra de nível excepcional, e a ausência ao trabalho por greve ou por doenças é mínima no Estado do Paraná. Temos boas estradas, um porto magnífico – o Porto de Paranaguá que, sem sombra de dúvida, será o porto do Mercosul –, ferrovias e todas as condições para atrair montadoras de automóveis, possibilitando que elas invistam nas suas fábricas.

O que aconteceu no Brasil, a exemplo do Paraná, foi que muitos governadores, numa atitude – perdoem-me os governadores –, absoluta e rigorosamente irresponsável, começaram a oferecer bônus a mais para atrair as indústrias, para poderem colocar nas manchetes dos jornais de todo o Brasil que "ganhou o Paraná", "ganhou São Paulo", "ganhou o Rio de Janeiro", "ganhou Minas Gerais". Desse modo, passaram a financiar integralmente ou a financiar além dos investimentos as montadoras que desejavam e necessariamente se instalariam no Brasil em função da política automotiva do Governo Federal.

Sr. Presidente, vou ler o documento da Chrysler que se refere aos benefícios oferecidos pelo Governo do Rio Grande do Sul:

O Governo do Estado oferece um empréstimo correspondente a uma porcentagem das vendas em atacado da companhia, cujo valor é equivalente ao ICMS coletado pela Chrysler. Este empréstimo será garantido por um Fundo que é totalmente separado do ICMS. O montante do empréstimo pode

ser revisado anualmente e será baseado nas operações do ano anterior.

*Período de incentivo:* 10 anos contados a partir do contrato.

*Período de carência:* 10 anos (120 meses) contados a partir da data de concessão das respectivas quantias. *Período de amortização:* cada montante do empréstimo deve ser amortizado em 144 meses após o período de carência.

*Período total:* O período total será de 32 anos (384 meses), sendo 10 anos de período de incentivo, 10 anos de carência e 12 anos de amortização.

Correção monetária: 0%.

Empréstimo estadual.

Vamos ver o que ofereceu o Paraná. O Paraná, que tem 97,2% da sua receita líquida disponível comprometida com a folha de pagamento dos funcionários, oferece à Chrysler os seguintes benefícios:

Todo o apoio necessário nas negociações com o BNDES, no sentido de obter financiamento, a custos reduzidos, durante a fase de implementação da fábrica.

Um empréstimo por 10 anos feito pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) em montante equivalente a 75% do ICMS taxado sobre as vendas, efetivamente pago pela Chrysler ao Tesouro do Estado limitado a duas vezes o valor do investimento da Chrysler no Estado do Paraná. Esse empréstimo está sujeito a correção monetária, nenhuma taxa de juros e resgate apenas no final do período de 10 anos (pagamento balão)

*Período de amortização:* 10 anos contados ao término do 10 primeiros anos de incentivos.

*Período total:* 20 anos, sendo 10 anos de incentivo e 10 anos amortização.

Juros: 0%

Correção monetária: Com correção monetária.

Ganhou o Paraná, com a sua extrema generosidade.

Na verdade, Sr. Presidente, antecipando o resultado desse cotejamento de duas ofertas, o Sr. Governador Jaime Lerner está dando à Chrysler duas fábricas por uma que vai construir. A Chrysler não precisará investir nenhum tostão no Estado do Paraná. O seu investimento será de cerca de US\$300 milhões.

Trazendo para números atuais, o conjunto dos benefícios oferecidos pelo Governador do Estado significa US\$650 milhões. Nenhuma cláusula de garantia de investimento, nenhuma cláusula de garantia de nacionalização, nenhuma cláusula de garantia de permanência.

Se a empresa, a exemplo do que aconteceu em Estado americano há 10 ou 15 dias, julgar em determinado momento que as condições de produção e de lucro não são favoráveis, fecha a fábrica e vende o ativo porque, ali, não tem nenhum tostão seu, e a venda do ativo será constituída por lucro em cima do Erário do Estado do Paraná.

Vamos ver mais:

Benefícios de impostos.

Bens de capital: O Paraná oferece isenção do ICMS taxado sobre as importações diretas ou indiretas de máquinários, equipamentos e instrumentos não manufaturados no Brasil, destinados a serem incorporados ao ativo da Chrysler estipulado, visto que os bens de capital importados gozam de isenção de imposto ou taxa 0% de IPI ou Taxa Alfandegária de Importação. (Convenção 60/93, modificada pelas Convenções 2/94 e 122/95, até 30/04/1997).

Isenção de ICMS nas importações diretas e indiretas de máquinas, equipamentos e instrumentos com similares manufaturados no Brasil, os quais serão incorporados como ativo imobilizado a Chrysler.

Isenção do pagamento do diferencial das taxas de ICMS sobre as aquisições de bens de capital nas operações interestaduais.

Total utilização do ICMS pago: pela Chrysler sobre bens de capital adquiridos de fornecedores localizados no Paraná, monetariamente corrigido:

a) – como crédito para compensar o ICMS devido pela companhia nas suas transações comerciais normais, até o limite de 25% do débito do balanço mensal de imposto; ou

b) – como pagamento de matéria-prima adquirida de fornecedores locais;

O Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Finanças do Estado, se responsabiliza em prover, sem nenhum custo para a Chrysler, um canal direto de acesso, via telecomunicação, ao seu sistema de computação.

Garante a possibilidade de adiar o pagamento do ICMS devido pela aquisição de matéria-prima, partes, peças e componentes produzidos no exterior, importados pela Chrysler e passados pela alfândega do Estado do Paraná, até o momento em que o produto final for vendido pela Chrysler nas suas concessionárias.

Estamos estimulando também a produção de veículos nos Estados Unidos e facilitando as condições de importação pelo Brasil.

É ou não é uma graça o meu Governador do Paraná?

Direito de efetuar o pagamento do ICMS devido sobre matéria-prima, partes, peças e componentes adquiridos dentro do Estado do Paraná no momento da venda dos veículos nas concessionárias.

Direito de adiar o pagamento do ICMS devido sobre veículos importados durante a fase de construção da fábrica, até o momento de documentar o veículo para o cliente final.

Os benefícios tributários estipulados acima não excluem outros benefícios já adquiridos ou que possam vir a ser estabelecidos por lei, tais como aqueles previstos nas Convenções 52/91, 8/92, 13/92, 45/92, 109/92 e 148/92.

O direito de usar, por parte dos fornecedores, 100% dos créditos acumulados de ICMS para pagar os fornecedores locais do Estado do Paraná, para pagar ICMS devido por outros estabelecimentos da Chrysler localizados no Estado do Paraná, para pagar energia elétrica.

Além disto, o Governador promete à Chrysler uma alfândega especial para os produtos importados, procedimentos especiais sobre as questões aduaneiras – isto até relativamente razoável –, desconto de 25% nas tarifas de energia elétrica, bem como uma ferrovia ligando a Chrysler ao Porto de Paranaguá e uma estrada ligando a fábrica da Chrysler, onde quer que ela se instale, às estradas troncais da malha federal e estadual. Garantia de infra-estrutura e doação do terreno.

Tudo isto somando, sem sombra de dúvida, um investimento do Estado do Paraná duas vezes maior do que investimento que a fábrica Chrysler fará no nosso espaço territorial.

Essa é a guerra fiscal, essa é a verdadeira irresponsabilidade escondida sob o manto da capaci-

dade de atrair empresas estrangeiras; essa é a irresponsabilidade, o entreguismo, a visão ligeira da Administração Pública tomando conta de um Estado importante como o nosso.

Há, no entanto, uma cobertura total a respeito dessas coisas. Estou tentando quebrar o sigilo, porque essa é uma pré-proposta, não é a definitiva, que deve ser mais gorda, luzidia e nutrita do que a que me veio às mãos no que se refere à Chrysler e no que se refere à Renault. Estou tentando conseguir esses documentos pela via judicial, porque pela Comissão de Economia do Senado da República já requeri – e o Governo nem sequer se dignou a responder – tendo o Governador respondido por meio de seu porta-voz, que é o Chefe da Casa Civil, que se tratava de segredo de Estado.

No Paraná tudo é segredo de Estado. A *res publica*, a coisa pública e a transparência desapareceram, e o Governador consegue a façanha de condenar, por danos morais, condenação de responsabilidade civil, em segunda instância, no nosso tribunal, um vereador que deu a uma maracutaiá em andamento na Prefeitura o seu nome adequado: chamou a maracutaiá de maracutaiá.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Francisco Escórcio. S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até 20 minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. FRANCISCO ESCÓRCIO** (PFL-MA). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para agradecer o gesto de carinho e de amor que esta Casa teve para comigo por ocasião de minha posse.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não poderia eu vir a esta tribuna de tão grandes e nobres tradições por circunstâncias outras, por mais nobres que fossem, por um dever quase filial, por uma obrigação de reconhecimento, pelo cumprimento do respeito e sobretudo por um sentimento de gratidão, sem registrar nos Anais desta Casa esses valores do espírito que trago pela formação do meu caráter.

A homenagem que rendo é endereçada, como não podia deixar de ser, ao Exm<sup>o</sup> Sr. Senador Alexandre Costa, titular perpétuo, por questões sentimentais, da cadeira que, há poucos dias, com muita honra, assumi.

Peço a devida permissão aos meus ilustres pares para traçar um breve perfil do Senador Alexandre Costa, tão querido e admirado neste Senado, em cuja instituição esteve presente e atuante por três legislaturas. Grande vitorioso na última e memo-

rável eleição de 1994, quando se preparava para cumprir o seu quarto mandato, foi acometido por uma enfermidade após um mês de sua posse, impossibilitando-o de ser, na história do Senado da República, o único parlamentar a cumprir quatro mandatos consecutivos.

Todos nesta Casa, desde o Exmº Sr. Presidente até o mais humilde servidor, rendem também as suas sinceras homenagens e comungam da ausência de Alexandre Costa, lembrando-se daquela figura irrequieta, personalidade marcante de quem sabe o que quer, daqueles inesquecíveis gestos muito seus, criados pela sua personalidade, que se tornaram registros indeléveis da sua imagem de político corajoso e determinado, um companheirismo inquestionável e uma fidelidade que, aos grandes homens, a vida, em sua retidão, faz com carinho reservar.

Alexandre Costa tem um temperamento forte por inspiração da sua própria personalidade tão natural aos homens simples, porque, como um velho sertanejo da brava e histórica cidade de Caxias, no Maranhão, é o representante autêntico daquelas personagens mais reais que vagueiam as páginas de ***Os Sertões***, saga brasileira do nosso genial Euclides da Cunha, que conta a história da revolta de Antônio Conselheiro, em Canudos, ao dizer, com muita propriedade, que "o sertanejo é antes de tudo um forte".

Sr. Presidente, Srs e Sras. Senadores, é Alexandre Costa, em sua vida política, um misto divino de herói e de Dom Quixote. O primeiro, marcado pelo seu grandioso senso de justiça, no amparo, principalmente, dos fracos e desprotegidos; e o segundo, porque tinha, também, a propriedade de transformar moinhos de ventos em castelos de sonhos concretizados.

Ao falar em herói, quero situá-lo nas planícies de sua vida pública, tecida por batalhas memoráveis, nas quais sempre se colocou nas primeiras frentes de combate em defesa dos mais altos interesses do nosso querido Estado do Maranhão. Aquele ainda jovem engenheiro civil, há pouco saído dos bancos da faculdade, lá nas Minas Gerais, onde realizou sua formação, atirou-se de corpo e alma à vida pública, que o convocara para as lutas, como aquele forte índio cantado por Gonçalves Dias – poeta também de Caxias –, que fora convocado para a guerra e, assim, imortalizado pelo Canto do Piaga. E Alexandre Costa, consciente de que "a vida é combate, que os fracos abate, que os fortes, os bravos só pode exaltar", alliou-se corajosamente a essa linha de fogo cruzado, enfrentando as mais du-

ras intempéries em favor da causa que abraçara. Foi Prefeito de São Luís. Foi, por duas vezes, Vice-Governador – cargo este, à época, acumulativo com o de Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, em momentos de crises terríveis. Foi Secretário de Interior, Justiça e Segurança e Deputado Federal por duas legislaturas, elegendo-se, em seguida, Senador da República, onde passou, em constantes e memoráveis lutas por trinta anos, galgando com a sua simplicidade a admiração dos seus pares e a estima dos servidores da Casa, assertiva que nos vem demonstrar que esse seu apreço lhe deu em vida o nome em uma das principais alas do Senado da República. Em todas essas funções, o nosso Senador é um marco de dignidade e de honradez, de honestidade e de trabalho, com a fortaleza de um velho tronco de aroeira.

Foi aqui, justamente aqui, Sr. Presidente, Srs e Sras. Senadores, já passados mais de vinte anos, que me encontrei com Alexandre Costa, conduzido pelo destino e por dever de ofício: ele, Senador, e eu, um jovem empresário no começo de minha vida. Desse conhecimento começou a se avolumar uma amizade que veio, mais tarde, se consolidar, chegando mesmo a uma intimidade tão estreita somente compreendida de pai para filho.

**O Sr. Edilson Lobão – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?**

**O SR. FRANCISCO ESCÓRCIO – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.**

**O Sr. Edilson Lobão –** Ponho-me a ouvir o discurso de V. Ex<sup>a</sup> a respeito de um homem público de grande envergadura neste País. Alexandre Costa é meu companheiro, meu amigo e meu conhecido de muitos e muitos anos. Convivi com ele nos momentos melhores e nos instantes piores. Sempre vi em sua pessoa um amigo solidário, um amigo de todas as horas. Senador Francisco Escórcio, fui colocado na vida pública pelo então Senador de saudosa memória Henrique La Rocque. A ele fui fiel a vida inteira. À sua memória sou também fiel. Vejo que V. Ex<sup>a</sup> se coloca na mesma posição. Ingressou na política pela mão de Alexandre Costa e a S. Ex<sup>a</sup> manifesta permanentemente a sua gratidão é o seu dever de lealdade. O seu discurso de hoje, portanto, homenageia a sua personalidade de homem correto e digno. A doença que se abateu sobre Alexandre Costa causou-lhe grande dano e a sua família, mas muito mais do que a ele e a sua família, também à vida pública brasileira, aos seus amigos, a este País inteiro, aos quais se dedicava dia e noite como homem público e cidadão de bem e de primeira grandeza. Cumpr-

mento V. Ex<sup>a</sup> pela homenagem que está fazendo, pelas palavras corretas que pronuncia sobre a figura extraordinária do Senador Alexandre Costa.

**O SR. FRANCISCO ESCÓRCIO** – Muito obrigado, nobre Senador Edison Lobão. Tenho certeza de que as palavras de V. Ex<sup>a</sup> vieram enaltecer meu discurso.

**O Sr. Gilvam Borges** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. FRANCISCO ESCÓRCIO** – Ouço V. Ex<sup>a</sup> com prazer.

**O Sr. Gilvam Borges** – Senador Francisco Escórcio, estava ouvindo o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> em meu gabinete. Uma das variáveis que temos de considerar de suma importância na formação do caráter, da personalidade de um homem, principalmente daquele que exerce seu trabalho na vida pública, é a gratidão. A gratidão se extende à moral, ao respeito, à lealdade. V. Ex<sup>a</sup> é amigo do Senador Alexandre Costa, que tem deixado um vácuo muito grande nesta Casa. Quantas vezes conversei com muitos funcionários desta instituição e eles sempre falaram com carinho do Senador Alexandre Costa, que era um grande defensor da instituição, um homem de personalidade consolidada, forte, decisiva. Conheci o Senador Alexandre Costa – sou jovem, não tenho a vivência pública do Senador Edison Lobão, mas acompanhei Alexandre Costa quando S. Ex<sup>a</sup> foi ministro. Eu era deputado e assistia a disposição fantástica daquele homem. O seu gabinete estava sempre de portas abertas. Era impressionante a versatilidade, o companheirismo, a capacidade de Alexandre Costa e também o respeito que tinha para com os políticos. Quero me congratular com V. Ex<sup>a</sup> e parabenizá-lo por este pronunciamento, que justifica a sua subida à tribuna já como Senador da República. Receba, Senador Francisco Escórcio, minhas congratulações e os meus parabéns por sua bravura e pela gratidão ao Senador Alexandre Costa, que é uma demonstração de caráter.

**O SR. FRANCISCO ESCÓRCIO** – Muito obrigado, Senador Gilvam Borges; desse coração e dessa alma só podiam sair coisas desse tipo.

Por derradeiro, quero consignar neste meu discurso inaugural as palavras do Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente José Sarney que, quando da minha posse nesta Casa, sentenciou com emoção: "Sr. Francisco Escórcio, cabe a V. Ex<sup>a</sup> agora a responsabilidade de ocupar a cadeira de Alexandre Costa, seu grande amigo".

Ainda nesta oportunidade, quero fazer uma homenagem a meus pais. Lembro-me, quando garoto

– garoto malino e travesso –, das conversas de mãe e papai no quarto de portas fechadas. Ouvia papai dizendo: "Maria Helena, Maria Helena, não passe a mão na cabeça desse menino. Não fizemos filho para nós, fizemos filho para o mundo. E aqui está o Chiquinho."

Mas se faço uma homenagem a meus pais, gostaria também de fazer uma homenagem àquele que foi um misto de pai, irmão, meu grande professor, Senador Alexandre Costa. Tenho certeza de que foi com sabedoria e espírito público que Alexandre me ensinou a dar os primeiros passos na vida pública, não para que eu me servisse do poder, mas para eu servisse ao Maranhão e ao Brasil. E aqui estou.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ademir Andrade. S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até 20 minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** (PSB-PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero fazer uma comunicação em nome do meu Partido, o Partido Socialista Brasileiro.

Cheguei hoje de Natal. Saí daqui na sexta-feira e fui a Maceió, onde ainda naquele dia participei de alguns comícios junto a companheira Kátia Born, que disputa o segundo turno das eleições para prefeita. Fiquei feliz de ver que o povo de Maceió produziu uma transformação radical no quadro político do Estado. O PSB elegeu 8 prefeitos no interior de Alagoas e disputa o segundo turno na capital – duas mulheres de esquerda participam da disputa, o PSB e o PT. E todas as pesquisas dão Kátia Born como vitoriosa.

Ronaldo Lessa recebe do povo de Maceió, por sua administração na Prefeitura, uma aprovação de 89%; e, ao indicar sua sucessora – que era sua secretária de saúde e demonstrou uma capacidade muito grande de realização – vê o resultado do seu trabalho se transformar em confiança popular. Kátia Born será, com certeza, a próxima prefeita de Maceió; todas as pesquisas indicam uma vantagem de 12 a 15% sobre a candidata do Partido dos Trabalhadores.

Nesta oportunidade, faço um lamento quanto à atitude da candidata do Partido dos Trabalhadores, Heloísa, que entrou em juízo com um pedido de cassação de Ronaldo Lessa, apenas porque ele estava mostrando o seu trabalho enquanto prefeito. Segundo a candidata do PT, ele estaria utilizando a máqui-

na pública no processo eleitoral; coisa que o PT faz em muitas das suas administrações. Infelizmente, às vezes, a sede e a vontade do poder são maiores do que o interesse popular.

Mas eu, que estive ao lado de Kátia por mais de vinte e quatro horas, percebi o carinho e a confiança que a população tem por ela e com certeza a fará vitoriosa nas eleições à prefeitura de Maceió. Isso irá mudar, evidentemente, o quadro de forças políticas no Estado. Ronaldo Lessa se torna, com essa vitória, um candidato quase que imbatível ao Governo do Estado de Alagoas.

Ainda na madrugada de sábado para domingo, fui a Natal, também para prestigiar e acompanhar Wilma de Farias, candidata do PSB à Prefeitura. Fiquei extremamente feliz, pois participei, durante todo o domingo, de uma carreata que reuniu mais de 1.500 carros, e de cinco comícios, em que tive a satisfação de falar ao povo de Natal.

Creio que a coisa mais gratificante para um político é, após ter sido eleito pelo povo e exercido o seu mandato, voltar a se candidatar e receber o carinho e a confiança popular. Realmente, impressiona o carinho e a confiança do povo de Natal em relação à companheira Wilma de Farias. Ao passar pela cidade, verifiquei que o povo saía às ruas gritando e gesticulando com as mãos, fazendo o "V" da vitória.

Ontem, todos os jornais de Natal publicaram pesquisas em que a candidata do PT, de nome Fátima, chegava em segundo lugar, com 13% a menos que a companheira Wilma.

Serão vitórias essenciais em duas capitais importantes do Nordeste, Maceió e Natal.

Em Belo Horizonte, a coisa é mais simples e mais fácil: o PSB disputa as eleições com o candidato Célio de Castro, que foi, por duas vezes, Deputado Federal, inclusive Deputado constituinte; foi Vice-Prefeito na atual administração, que é do Partido dos Trabalhadores, e lançou-se candidato a prefeito. No início da campanha, nosso candidato estava nos últimos lugares nas pesquisas de opinião, mas conseguiu ultrapassar todos os outros candidatos e chegou ao segundo turno em primeiro lugar.

Em Belo Horizonte, é muito fácil ganhar a eleição porque, afinal de contas, estamos disputando com um candidato do PSDB, que é um Partido que está em declínio no nosso País, um Partido cuja tendência, não tendo conseguido conquistar a confiança do povo brasileiro, com certeza, é a de se liquidar inexoravelmente.

Então, em Belo Horizonte, a vitória será fácil para o PSB, que conta com quase 70% da preferê-

cia popular contra apenas 18% do candidato do PSDB, Partido, inclusive, do Governador de Minas Gerais.

Todavia, felizmente, o povo está vendo que o Presidente Fernando Henrique, aliás, o grande imperador Fernando Henrique é um homem que só tem promessas; é um homem que não cumpre as suas palavras; é um homem que não dá ao povo brasileiro uma demonstração de capacidade de realização.

Ainda na semana passada, a revista *Veja* estampou, como seu artigo de capa, a manifestação de um economista americano que assevera não poder o Governo brasileiro ficar a vida inteira se vangloriando de haver acabado com a inflação. É preciso fazer a economia crescer; é preciso dar oportunidade de emprego; é preciso resolver os problemas concretos da nossa sociedade.

Infelizmente, o Presidente Fernando Henrique não tem dado mostras dessa capacidade nem manifesta essa vontade política de resolver os problemas do povo brasileiro, muito pelo contrário. O que percebemos é a sua vontade de, com a política do neoliberalismo, entregar as riquezas desta Nação ao capital multinacional. Para isso, Sua Excelência está tentando, inclusive, vender a maior empresa de mineração do Brasil e uma das maiores do mundo – a Companhia Vale do Rio Doce.

Ainda hoje, no jornal de meio-dia da Rede Globo, ouvi o Presidente Fernando Henrique Cardoso declarar, no Chile, que seria muito fácil vender a Companhia Vale do Rio Doce, porque, no Congresso Nacional, todos eram favoráveis a essa decisão. Naquela oportunidade, um repórter lembrou ao Presidente Fernando Henrique que o Senador José Sarney, Presidente do Congresso Nacional, era contrário a essa privatização. Segundo o repórter da TV Globo – a reportagem não mostra o Presidente falando, mas acredito que o repórter não inventaria uma coisa tão grave quanto essa –, Sua Excelência teria dito que o Senador José Sarney só conta com voto dele próprio.

Esse posicionamento do Presidente da República é um desrespeito ao Presidente do Congresso Nacional, um homem que tem peso político, que tem liderança nesta Casa, e que, evidentemente, não pode ser tratado dessa forma.

Aliás, já ouvi aqui centenas de discursos de Parlamentares, e, em nenhum deles, ouvi um Parlamentar do Congresso Nacional dizer-se favorável à privatização da Vale do Rio Doce. Há poucos dias, ouvi um discurso do Senador Edison Lobão, Líder

do PFL e também do Governo nesta Casa, em que S. Ex<sup>a</sup> afirmava ser contrário a essa privatização e que, inclusive, votará contra qualquer proposição que vise alcançar esse objetivo. Dessa forma, não consigo compreender como o Presidente da República pôde fazer, no Chile, através da Rede Globo, uma desfeita dessas ao Presidente do Congresso Nacional.

**O Sr. Francisco Escórcio** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ADEMIR ANDRADE** – Com prazer, nobre Senador Francisco Escórcio.

**O Sr. Francisco Escórcio** – Perdoe-me, Senador Ademir Andrade, por interrompê-lo, mas gostaria de, nessa oportunidade, chamar a atenção para a ofensa que julgo ter sido feita pelo Presidente Fernando Henrique ao Senador José Sarney, Presidente do Congresso Nacional. Quero dizer que, dentre os muitos votos com que S. Ex<sup>a</sup> conta nesta Casa, o meu certamente o acompanhará em tudo. Muito obrigado.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** – Eu é que agradeço, Senador Francisco Escórcio. A manifestação de V. Ex<sup>a</sup> mostra a inconveniência da declaração do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Como já disse, o Presidente me decepcionou muito. Sua Excelência tem um comportamento imperial e deve estar se sentido um rei do Brasil e não um Presidente eleito pelo povo brasileiro.

Amanhã irei a Manaus participar do último comício do nosso bravo companheiro Serafim Corrêia\*, que candidatou-se a Prefeito de Manaus e que, enfrentando muitas dificuldades, conseguiu chegar ao segundo turno, embora em segundo lugar e com uma diferença bastante grande em relação ao primeiro colocado.

Ainda, ontem, a Rede Globo anunciava o resultado de uma pesquisa que dava entre 40% a 46% a diferença entre os dois candidatos. Não tenho a menor dúvida de que Serafim Corrêia eleger-se-á Prefeito de Manaus apesar de estar lutando contra o governo estadual e o atual Prefeito daquela cidade.

Portanto, neste País, vejo com muita alegria o Partido Socialista Brasileiro crescer. Estou completando dez anos de militância no PSB, pois entrei exatamente em 1987. Durante muitos anos, nós do PSB, passávamos todo o tempo a discutir internamente e a gastar as nossas energias em disputas internas. Hoje, sob a presidência de Miguel Arraes, o PSB se torna um Partido de ação, um Partido de massa, um Partido de militância. Foi o que assisti em Maceió, em Natal e, com certeza, será o que assistirei, amanhã, em Manaus.

O nosso PSB, também, está sendo vitorioso no Estado do Pará, e, desde o primeiro turno das eleições municipais, estamos acompanhando e dando apoio à candidatura do companheiro do Partido dos Trabalhadores Edmilson Rodrigues, que passou ao segundo turno com uma larga margem de votos sobre seu oponente.

Ressalto, portanto, essa vitória e esse crescimento do meu Partido em todo Brasil.

**A Sr<sup>a</sup> Marina Silva** – Senador Ademir Andrade, V. Ex<sup>a</sup> concede-me um aparte?

**O SR. ADEMIR ANDRADE** – Antes de tratar da posição do meu Partido sobre a reeleição, outro ponto que quero tratar neste meu discurso, ouço a Senadora Marina Silva com muito alegria.

**A Sr<sup>a</sup> Marina Silva** – Quero apartear V. Ex<sup>a</sup> apenas para fazer o registro de que, ontem, estive no Estado do Pará e de que constatei lá, com muita alegria, o quanto está forte a candidatura do companheiro Edmilson, que, se Deus quiser, será eleito prefeito daquela cidade através de uma coligação com o Partido de V. Ex<sup>a</sup> e vários outros de tradição democrática. Na Amazônia, em que pese – na maioria dos casos, historicamente, secularmente – a política conservadora ter predominado naquela região, temos sinal de novos tempos com essa vitória do Partido dos Trabalhadores. Há grande chance e possibilidade de o Dr. Serafim ganhar na capital do Estado do Amazonas, Manaus. Para mim, isso é um alento muito grande, porque vamos ter a oportunidade, ainda que no poder local, de testar experiências semelhantes às ocorridas em outras capitais, principalmente em Porto Alegre, onde, através do orçamento participativo, a Prefeitura do Partido dos Trabalhadores, juntamente com os demais Partidos, está mostrando que é possível governar transformando experiências positivas da sociedade civil organizada em políticas públicas de desenvolvimento, criando mecanismos oxigenados de participação popular, em que as pessoas têm oportunidade de decidir o que é melhor para sua cidade, para seu bairro e para sua vida. Muitos disseram que essa prática era um "democratismo", um "consultismo" à população. Na Capital do Estado do Rio Grande do Sul, tivemos a oportunidade de provar que a democracia ainda é a melhor forma de governar. Em nome dessas experiências positivas, que não são apenas do Partido dos Trabalhadores, mas de várias prefeituras progressistas, é que estou muito otimista em relação à nossa Região. Em que pese ainda possuímos políticos altamente conservadores, alguns envolvidos em grandes escândalos ou em corrupções

muito graves, temos esses bons sinais que indicam uma mudança na história política da Região Norte e, particularmente, da minha querida Amazônia.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** – Muito obrigado, nobre Senadora.

Estava dizendo, antes de V. Ex<sup>a</sup> chegar à Casa, que a participação do nosso Partido está crescendo, e, em alguns lugares, estamos até disputando prefeituras: é o caso de Maceió e Natal. Progredimos tanto que estamos sendo representados por duas mulheres em cada uma dessas capitais, o que é realmente um avanço. Só lamento informar a V. Ex<sup>a</sup> que em ambas as cidades citadas as candidatas do PSB serão vitoriosas, estarão na frente. Espero que nos somemos, que passemos as divergências momentâneas da política e possamos governar juntos aquelas duas capitais do Nordeste. Na nossa Região estamos juntos, tanto em Manaus quanto em Belém, e isso é muito bom.

Creio que isso é uma esperança para todos nós, pois são tantas as desilusões por que passamos nesta Casa, que vitórias como essa e o crescimento da consciência política do povo brasileiro fortalecendo os nossos partidos nos dão a expectativa de que o próximo Presidente da República sairá das nossas hostes, sairá dos nossos meios, sairá de partidos de esquerda, de partidos realmente comprometidos com a verdadeira democracia.

Nós somos o Partido, Senadora Marina Silva, que não temos medo da democracia, e democracia é fazer valer o direito da maioria. Somos de partidos que pregam consciência política, vontade de participar, que abrem espaço para os trabalhadores. Os frutos desse nosso trabalho, estamos colhendo agora nas eleições municipais, em grande parte deste nosso Brasil.

Quero finalizar fazendo aqui um esclarecimento: como Líder do PSB, como segundo Vice-Presidente do Diretório Nacional do Partido, como Líder do Partido aqui no Senado, tenho, evidentemente, conversado com as lideranças partidárias em todo o nosso País e percebo que o Partido, como um todo, é contra a reeleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso; tem-se manifestado radicalmente contrário à possibilidade de o Presidente Fernando Henrique Cardoso ser novamente candidato a Presidente da República do Brasil.

A tendência do Partido, em quase sua unanimidade, é de que não haja esse direito da reeleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso, até pelo seu caráter de um homem muito senhor do poder, demonstrando que seria capaz de fazer qualquer

coisa, ainda que ferisse a Constituição e a democracia, para continuar no poder. Sua atitude para com os garimpeiros de Serra Pelada foi inominável e sem qualificação. A demonstração de falta de respeito por todos nós do Congresso Nacional fez com que entendêssemos que ele não deveria sequer ter o direito de disputar novamente uma candidatura à Presidência da República.

O Partido entende isso por outras razões. Quero dar esse esclarecimento porque tem sido veiculada a notícia de que o PSB é favorável à reeleição. A base dessa notícia está no pronunciamento do nosso Líder na Câmara dos Deputados, o companheiro Fernando Lyra. Esclareço que S. Ex<sup>a</sup> está falando em nome próprio e não como Líder do PSB na Câmara ou pelo Partido. É preciso que isso fique claro.

O Diretório Nacional do Partido se reunirá em breve para definir uma posição partidária sobre a questão da reeleição do Presidente da República. Tenho a mais absoluta convicção de que 90% dos integrantes da direção nacional do meu Partido se manifestarão contra o direito de reeleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso, e nós, evidentemente, defenderemos essa posição. Nossa companheiro Fernando Lyra defenderá sua posição, defenderá o que ele julga pessoalmente que o PSB deva fazer, mas, sem dúvida alguma, pelo que percebo em nosso Partido e em suas discussões internas, a posição pessoal do Deputado será derrotada.

O meu esclarecimento, como Líder no Senado, é que qualquer um de nós que fale sobre a questão, por enquanto, está falando em caráter pessoal. O Diretório Nacional do meu Partido ainda não se manifestou publicamente, ainda não discutiu e ainda não definiu a sua posição.

Portanto, que fique claro que o PSB não tomou ainda uma posição oficial como Partido, e que o nosso Líder e companheiro Fernando Lyra está falando em nome próprio. Ele já disse inclusive para mim que, na hora em que o Partido tomar uma posição, ele passa a falar a mesma voz do Partido, passa a se manifestar com a vontade do Partido; mas, enquanto o Partido não se reunir para tomar uma posição, ele considera que tem o direito de publicamente defender a sua posição pessoal.

Aproveito a oportunidade para manifestar a minha alegria, porque estou vislumbrando a vitória do meu Partido, o Partido Socialista Brasileiro, em quatro capitais do Brasil – Maceió, Natal, Belo Horizonte e Manaus.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) — Concedo a palavra ao nobre Senador Sebastião Rocha. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Lúcio Alcântara. (Pausa.)

Concedo a palavra o nobre Senador Edison Lobão.

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL-MA) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o problema da pretendida privatização da Companhia Vale do Rio Doce vai se transformando, seguramente, na grande questão brasileira deste ano.

Pelo visto, as autoridades oficiais que se mostram deveram apressadas em vender essa empresa estatal de grande lucratividade não dão a menor importância aos argumentos que, produzidos especialmente no Congresso Nacional, pedem moderação e maior reflexão no encaminhamento do problema.

Às vésperas do processo inicial de venda da Companhia, descobrem-se jazidas de ouro que, por si mesmas, provavelmente terão valores superiores ao preço de avaliação da empresa. E o que dizem as autoridades frente à divulgação das descobertas? Apenas afirmam, em uníssona persistência, que nada impedirá a venda da Vale do Rio Doce.

Essas autoridades, Sr. Presidente, não demonstram nenhuma emoção em face das descobertas em nosso subsolo, que significam riquezas para o País. Não respondem aos argumentos dos Parlamentares — obrigação elementar num regime democrático —, que alegam razões objetivas e sensatas que desaconselham a venda da Companhia Vale do Rio Doce.

Enfim, estamos assistindo às tentativas de venda precipitada dessa empresa estatal, e as futuras gerações terão nos Anais do Congresso a síntese histórica da luta travada em torno dessa infeliz iniciativa.

Desejo registrar nos Anais desta Casa, Sr. Presidente, dois artigos do jornalista Hélio Fernandes, da **Tribuna da Imprensa**, sobre o assunto. Não subscrevo todos os conceitos neles emitidos, mas recebo como importante, à causa da Vale do Rio Doce, o apoio bem fundamentado do referido e conhecido homem de imprensa.

O primeiro artigo de Hélio Fernandes foi publicado na **Tribuna** de 7 do corrente mês, seguindo-se o segundo, publicado dois dias depois.

Sr. Presidente, tanto quanto os Senadores Ademir Andrade e Francisco Escórcio, também ouvi hoje as manifestações atribuídas ao Presidente da

República feitas no Chile, segundo as quais a questão da privatização no Congresso Nacional é inteiramente superada. O Congresso Nacional nenhuma objeção tem, segundo a visão presidencial, à venda da Companhia Vale do Rio Doce.

Lamentavelmente, ouvi também a declaração presidencial ou a ele atribuída, segundo a qual o Presidente José Sarney dispõe no Senado Federal de apenas um voto. Sr. Presidente, não podemos encaminhar esse problema dessa maneira. Trata-se de uma companhia de grande importância para a economia nacional, que está embutida no sentimento brasileiro de nacionalidade e que, portanto, deveria ser vista de maneira melhor pelo Presidente da República e pelas autoridades do Governo.

Tenho dito freqüentemente desta tribuna que o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, tem o meu apoio para o seu Governo, mas topicamente me permito discordar de Sua Excelência, e esse é um dos pontos em que discordo do Presidente. Quanto ao Presidente José Sarney, devo dizer que S. Ex<sup>a</sup> é conhecido no Poder Legislativo como um dos maiores líderes do Congresso Nacional. Há um grupo de 70 parlamentares que habitualmente seguem as idéias do Presidente José Sarney. No Senado Federal é grande o número daqueles que o apóiam, sobretudo naquilo que diz respeito às suas iniciativas que afetam os mais legítimos interesses nacionais.

No caso da Companhia Vale do Rio Doce, por exemplo, todos os Senadores que se encontram neste plenário apóiam a iniciativa do Presidente José Sarney de opor-se à venda da Companhia Vale do Rio Doce. Se fizermos uma pesquisa, encontraremos dezenas de votos favoráveis à posição defendida pelo Senador José Sarney. Portanto, não têm nenhum sentido as manifestações feitas no Chile pelo Presidente da República.

**O Sr. Ademir Andrade** — V. Ex<sup>a</sup> permite-me um aparte?

**O SR. EDISON LOBÃO** — Ouço V. Ex<sup>a</sup> com prazer.

**O Sr. Ademir Andrade** — Senador Edison Lobão, quero congratular-me com V. Ex<sup>a</sup> pelo seu posicionamento político relativo a essa questão, pelas manifestações que permanentemente tem feito no Senado da República contra a privatização da Vale do Rio Doce. Sendo V. Ex<sup>a</sup> um homem do PFL, um integrante da Bancada do Governo, seu posicionamento é muito importante para que não se concretize essa vontade presidencial — não sei se essa é a vontade presidencial ou se é resultado da influência

exercida pelo Presidente do BNDES sobre o Presidente da República do Brasil. De forma que quero registrar a minha homenagem a V. Ex<sup>a</sup> pelo seu posicionamento político nesta Casa sobre questão tão importante.

**O SR. EDISON LOBÃO** – Ao agradecer o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, devo concordar com aquilo que é uma suspeita manifesta do eminente Senador pelo Pará. Na verdade, também estou convencido de que a obstinação na venda da Companhia Vale do Rio Doce não é do Presidente da República e sim do Presidente do BNDES. Para o Presidente da República certamente essa é uma situação que não está suficientemente esclarecida, porque, de outro modo, Sua Excelência não se colocaria à frente daqueles que obstinadamente, determinadamente, desejam a privatização da Companhia Vale do Rio Doce.

Sr. Presidente, passo, portanto, às mãos de V. Ex<sup>a</sup> os artigos do eminente jornalista Hélio Fernandes, publicados no jornal **Tribuna da Imprensa**, para que sejam transcritos nos Anais do Congresso Nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. EDISON LOBÃO EM SEU PRONUNCIAMENTO:**

**CÂMARA DEVE PRORROGAR PRAZO PARA RECEBER EMENDAS À REELEIÇÃO**

BRASÍLIA – O presidente da Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL – BA), deverá estender até o dia 21 o prazo de apresentação de emendas aditivas à proposta de reeleição. O pedido foi feito pelo PMDB e Luís Eduardo não quer desagrada ao potencial aliado que, no caso da reeleição, tem mostrado sinais de rebeldia. De acordo com o regimento da Câmara, o prazo de emendas terminaria no dia 14, véspera do segundo turno da eleição para prefeito.

A perspectiva de que a comissão especial da reeleição terá mais tempo para fazer emendas animou o PMDB. O Deputado João Natal (PMDB – GO) foi encarregado de, em nome do partido, apresentar um pedido de emenda aditiva que obriga o presidente da República, o governador e o prefeito interessado em ser reeleito a renunciar ao cargo seis meses antes da eleição. "Tenho certeza que o presidente Luís Eduardo Magalhães não deixará de atender ao pedido do PMDB", afirmou João Natal.

Até ontem ele tinha conseguido 25 assinaturas para o projeto. São necessárias 171, no mínimo. Desde que a emenda da reeleição começou a ser examinada pela comissão especial, no dia 30, a Câmara deixou de realizar duas sessões, por falta de quórum. As regras de tramitação de uma proposta de mudança constitucional determinam que o prazo para a apresentação de emendas se encerra depois de realizadas 10 sessões. A partir

daí, a comissão especial tem mais 30 sessões (o que corresponde a cerca de 45 dias) para fazer audiências externas, debater e votar o projeto. Quase nunca os prazos são respeitados. Se fossem observadas todas as regras que se referem ao tempo de exame de uma emenda, a da reeleição já teria sofrido atraso de dois dias.

A sessão de ontem – assim como a do dia 1º – não pôde ser realizada porque só 15 deputados apareceram na Câmara até as 9h30min, limite para a abertura do plenário na sexta-feira. Para que os trabalhos se iniciem são necessárias as presenças de 52 deputados (10% do total, de 513). Só estes apareceram ontem: João Maia (PFL – AC), Freire Júnior (PMDB – TO), Osvaldo Reis (PPB – TO), Antônio Balhmann (PSDB – CE), Felipe Mendes (PPB – PI), Severino Cavalcanti (PPB – PE), Manoel Castro (PFL – BA), Prisco Viana (PPB – BA), Amaldo Madeira (PSDB – SP), Benedito Domingos (PPB – DF), Chico Vigilante (PT – DF), Jofran Frejat (PPB – DF), Dilso Sperafico (PMDB – MS), Darcílio Perondi (PMDB – RS) e Odacir Klein (PMDB – RS).

**SALVEMOS PELO MENOS A VALE  
Onde está o dinheiro das doações-privatizações?**

1 – É inacreditável o que estão fazendo com o patrimônio do país, que na verdade é o patrimônio do cidadão-contribuinte-eleitor. Desde que começou essa nova "invenção dos países ricos para melhor explorarem os pobres", e que chamaram de neoliberalismo, globalização, abertura, libertação do Estado, para que possa cumprir suas obrigações fundamentais, quantas empresas já doamos? A palavra é mesmo doação, pois não vendemos nada.

2 – Vender é outra coisa, é a troca de um patrimônio pelo equivalente em dinheiro. E recebendo também em dinheiro e não pelo que se convencionou chamar de "moeda podre". O que estamos fazendo desde o Infco é doação pura e simples. Ficamos sem o patrimônio, e não recebemos um dólar furado por esse patrimônio. Sempre construído com o esforço, o dinheiro e até mesmo o trabalho de todo um povo.

3 – Essas doações foram chamadas de privatizações para melhor iludir o povo. Diziam: "Essas empresas não podem ser Estatais, o governo tem outras funções." Até reconheço que em muitos casos é verdade mesmo. Mas porque a Aerolineas Argentina (uma empresa de aviação pertencente ao governo da Argentina) foi vendida à Ibéria? A Ibéria é uma estatal pertencente ao governo da Espanha. Uma estatal comprando outra. Escândalo.

4 – Aqui mesmo no Brasil, tínhamos a Light, uma empresa altamente rendosa, próspera, com serviços excelentes e grandes lucros. Disseram: "O governo tem mais o que fazer do que cuidar da Light." Então entregaram a estatal brasileira a uma estatal da França. Esta se chama Eléctricité de France. Perdemos o patrimônio e onde está o dinheiro da Light? Ficou na conta bancária de poderosos testas-de-ferro daqui e de lá.

5 – Começamos essas doações entregando de graça empresas altamente prósperas. E os beneficiados foram sempre os mesmos. (Ou quase os mesmos, trocando um ou outro beneficiá-

ro.) Ninguém sabe por que os BNDES (encarregado das doações), escolheu a Usiminas para ser a primeira. A Usiminas é prosperíssima, foi vendida por uma bobagem. E os "compradores" foram financiados pelo próprio BNDES. Uma vergonha das grandes.

6 – Depois veio a Companhia Siderúrgica Nacional. Toda a doação tramada pelo BNDES, financiada por ele, e tudo manobrado pelo senhor Procopio Lima Neto. Uma parte da manobra ele executou como diretor do BNDES. A segunda parte, foi feita tendo o senhor Lima Neto como presidente da Siderúrgica. E a terceira, foi executada com 9 banqueiros dividindo a empresa, e o BNDES entrando com o dinheiro. (Em tudo Bozzando e Grunzen, que ainda ganhou o Banerj.) Todos enriqueceram e o senhor Lima Neto ainda ganhou um mandato de deputado. Eu disse isso a ele, cara a cara, civilizadamente, num debate na Record.)

7 – Depois veio o resto. Cosinor, a principal concorrente do senhor Gerdau, dada a ele mesmo de graça. A Alcâllis, dada ao senhor Fragoso Pires (presidente do Jóquei). Este tinha o monopólio do sal, ficou também com o monopólio da barilha. Só precisou dar um milhão de dólares ao senhor PC Farías, que morreu como o único vilão da história. Os outros estão bem vivos. (Ou "vivos"?)

8 – Doaram a Acerfita, única que produz aços finos no Brasil. A Cosipa, siderúrgica de São Paulo. A Celma, importante fábrica de motores e manutenção, utilizada até por grupos estrangeiros. A Importíssima Copesul. Embraer, que nas mãos do governo sempre deu lucros altos. E uma porção de outras. Diziam que o Brasil não tinha capacidade de fazer investimentos. Não recebemos um tostão e não houve investimento.

9 – Todas essas empresas são importantes. Mas nenhuma delas, reconheçamos, tinha ou tem a importância estratégica e o patrimônio fantástico de Petrobrás, Eletrobrás, Telebrás, Vale do Rio Doce. Pois querem convencer à força o povo brasileiro, que essas empresas precisam ser vendidas (leia-se doadas) para que o Brasil cresça, se livre das dívidas, (principalmente da interna), e possa então investir no desenvolvimento. Tudo empulhação, mistificação, subserviência às ordens de fora.

10 – Agora querem acelerar a entrega da Vale. Ontem, eu dizia ao almirante Gama e Silva, uma das maiores autoridades ao assunto: "Estamos vendendo minério de ferro a preço de banana." E o almirante, em clima de laço, respondeu: "Não faça injustiça, Hélio. Estamos recebendo mais pelas bananas que vendemos do que pelo minério de ferro." Essa é outra verdade que dói. Se estivéssemos vendendo o minério de ferro pelo que ele representa no mercado internacional, poderíamos fazer investimentos altamente lucrativos.

7 de novembro de 1996. Hélio Fernandes

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido, na forma regimental.

Concedo a palavra ao nobre Senador Gilvam Borges. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Sebastião Rocha.

**O SR. SEBASTIÃO ROCHA** (PDT-AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ontem foi realizado no País o chamado "provão", metodologia adotada pelo Ministério da Educação com o objetivo de avaliar as universidades brasileiras. Quero, nesta oportunidade, expor a minha desconfiança quanto à eficácia dessa metodologia.

Nós sabemos dos males que dominam não só as universidades públicas mas também as privadas. Sobretudo nas universidades públicas, que conheço de perto, porque frequentei uma delas, há muitas dificuldades, faltam condições ideais para que se faça um bom curso, qualquer que seja ele.

O que mais impressiona no provão é que acredito que o Ministro da Educação e o Governo estejam esperançosos de poderem, com o resultado desses testes, de fato, avaliar as universidades brasileiras. Isso, como disse, impressiona-me, porque considero grande equívoco pensar que apenas avaliando os estudantes pode-se chegar a uma conclusão eficaz quanto à metodologia e ao desempenho da universidade como um todo. Acredito que, para se ter realmente uma avaliação séria e responsável das universidades brasileiras, no mínimo, deveriam ser também avaliados os professores universitários, porque o bom desempenho do aluno, qualquer que seja a etapa de sua educação, seja na escola fundamental, seja na universidade, depende essencialmente de seus professores, de seus mestres. O Ministério da Educação avalia os estudantes, os concluintes, e não avalia os professores. Ele pode estar cometendo um grande equívoco, haja vista que existem estudantes autodidatas. Assim, poderá haver bons alunos de determinada universidade que tinham maus professores ou, ao contrário, poderá haver maus alunos que tiveram bons professores. O mais comum é que os maus alunos resultem de um ensinamento deficiente, o que ocorre na maioria das universidades de nosso País. Por isso, defendemos essa tese. Para que o Ministério da Educação possa cumprir seu real objetivo de avaliar as universidades teria, obrigatoriamente, de avaliar também os professores universitários e não apenas os estudantes. Outra coisa que nos deixa sem compreender direito os objetivos do provão é o fato de o Governo e o Ministério da Educação não terem explicado claramente o que acontecerá, quais serão os passos seguintes com relação a essa avaliação que começou ontem nas universidades brasileiras. O que pretende de fato o Governo? Quais são os seus reais objetivos? É apenas fazer uma avaliação de cursos, uma ava-

liação da universidade? Será que por trás disso está também o objetivo de diminuir os recursos das universidades públicas que tiverem um desempenho precário, ou seja, cujos ex-alunos não obtiveram um resultado satisfatório nos testes? Será que é influenciar no mercado de trabalho indicando um ranking das melhores universidades brasileiras?

Esse objetivo não me parece claro, e é por isso que temos uma posição de desconfiança e de oposição a essa metodologia, a forma como foi proposta e está sendo executada.

Tomamos conhecimento, pela imprensa, de denúncias de desorganização na implementação e aplicação dessas provas. O Ministério da Educação, que quer avaliar o desempenho das universidades e a eficácia dos cursos, demonstra desorganização na aplicação dessas provas, um sinal de que ele próprio precisa ser avaliado. E quem vai avaliar agora o Ministério da Educação?

Sr. Presidente, deixo registrado, nesta tarde, que o Ministério da Educação precisa reformular a sua proposta, a sua metodologia. Acredito que os estudantes, ao demonstrarem a sua contrariedade e oposição a esse provão, esperavam que o Ministério da Educação, ao propor esse exame, o fizesse de forma mais ampla – além de avaliar as universidades, que pudesse servir como meio de fiscalizar integralmente as instituições de ensino do País.

Quero também, Sr. Presidente, nesta oportunidade, lamentar a saída do Ministro Adib Jatene do Ministério da Saúde. Faço isso de forma suprapartidária. Todos sabem que sou PDT e não tenho nenhum vínculo político com o Ministro da Saúde, mas tenho no Prof. Jatene um homem competente e, acima disso, um homem comprometido com as mudanças sociais.

O Sr. Ademir Andrade – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

O Sr. Ademir Andrade – Senador Sebastião Rocha, tenho grande admiração por V. Ex<sup>a</sup>. Gosto muito de V. Ex<sup>a</sup>, sou seu amigo pessoal e admiro o seu trabalho. Mas, desta vez, permita-me discordar de V. Ex<sup>a</sup>. O ex-Ministro Adib Jatene foi o ministro da privatização da saúde e fez um mal enorme à saúde pública do nosso Brasil desde que foi ministro do Governo Fernando Collor de Mello. Em outros tempos, Senador, a saúde era muito melhor no nosso Brasil: o INPS tinha o seu corpo de atendimento médico, a Fundação Nacional de Saúde era uma entidade respeitada em toda o País, a Sucam funcio-

nava no combate às endemias na nossa região. O ex-Ministro Adib Jatene destruiu tudo isso e privatizou a saúde. Hoje, com a criação do Sistema Único de Saúde, 90% dos recursos públicos estão sendo destinados a hospitais, clínicas e laboratórios particulares. Hoje, paga-se à saúde privada. O governo, que diz que privatiza para assumir a sua obrigação social para com a saúde, com a educação e com a segurança, na verdade, não faz nada disso. Para mim, o ex-Ministro Adib Jatene pode ser um homem honesto e um bom médico, profissional competente, mas, como político da saúde, foi o pior que o Brasil já teve. Ele não lutou para obter recursos para a saúde pública, mas para melhorar a saúde privada no Brasil, para privilegiar os que comercializam com a saúde. Na minha opinião, o Ministro Adib Jatene não faz falta alguma. Não sei se o que virá terá o mesmo posicionamento político que S. Ex<sup>a</sup>, que é o posicionamento político deste governo que aí está, o Governo Fernando Henrique Cardoso – que é a sequência do Governo Collor de Melo –, que não consegue resolver nenhum problema fundamental desta Nação. É um Governo incapaz, que só soube resolver o problema da inflação e absolutamente mais nada. Portanto, Senador Sebastião Rocha, o que é preciso mudar é a política de saúde, no sentido de privilegiar a saúde pública, de se ter bons profissionais de saúde, bem remunerados. É preciso acabar com essa história de se remunerar o trabalho desses profissionais pela produção. Hoje em dia, saúde virou mercadoria; o médico recebe pelo número de operações, pelo número de consultas, pelo número de atendimentos, o que se constitui no maior absurdo que já vi na minha vida. Enquanto não se mudar esta política de saúde, não estaremos andando em um bom caminho. Lamento discordar de V. Ex<sup>a</sup>, mas creio que o Ministro Adib Jatene foi o pior ministro para a saúde pública do nosso Brasil.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Senador Ademir Andrade, V. Ex<sup>a</sup> sabe do respeito que também devoto pela sua pessoa e pelas suas posições políticas nesta Casa. Contudo, mantendo a minha avaliação de que o Ministro Adib Jatene buscou o caminho mais correto para a saúde, sobretudo na questão do suporte adequado de recursos para a saúde como um todo.

O que existe na relação do governo com o serviço de saúde privado está na Constituição. A Constituição brasileira permite que os hospitais privados atendam, de forma suplementar, os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, que complementem os serviços públicos que são inadequados no atendimento à população.

O Ministro Adib Jatene seguia uma linha de governo, como V. Ex<sup>a</sup> muito bem colocou: Governo Collor, Governo Itamar Franco e agora Governo Fernando Henrique Cardoso. Qualquer Ministro da Saúde de um governo neoliberal como este dificilmente fará melhor do que estava fazendo o Ministro Jatene. Essa convicção eu tenho, até em função dos nomes que estão sendo cogitados para assumir o Ministério. São nomes de natureza essencialmente técnica. Lógico que é preciso ter sensibilidade, conhecimento e prestígio político, mas é de natureza essencialmente técnica. Fala-se em colocar economistas, sociólogos, antropólogos, profissionais de outras áreas. Isso me faz colocar em dúvida se o Presidente Fernando Henrique Cardoso não conta, no seu Governo, com profissionais da saúde competentes e que não tenham sensibilidade política. Sei que essa suposição não é verdadeira. Conheço, aqui no Senado, parlamentares não ligados diretamente à saúde, que, certamente, teriam grande desempenho à frente do Ministério da Saúde. O motivo então não é falta ou carência de profissionais da saúde nos partidos governistas. É apenas, parece-me, para fazer uma nova composição política, tendo em vista a reeleição. Parece-me que o Ministro Adib Jatene foi eliminado do Governo muito mais em função de o Presidente Fernando Henrique Cardoso precisar arrumar novamente a Casa, precisar fazer uma nova composição política, tendo em vista não só a reeleição, mas a Presidência do Senado e a Presidência da Câmara dos Deputados, sobretudo essas três ações que o Congresso irá empreender nos próximos meses e que fazem com que o Presidente possa chegar ao ponto de colocar, por exemplo, um técnico de uma outra área.

Sr. Presidente, não sou corporativista e, no meu Estado, já demonstrei isso, quando me opus a algumas questões do setor de saúde e dos próprios médicos. Então não é corporativismo achar que tem que ser obrigatoriamente um médico que deva comandar o Ministério da Saúde. Mas desde que o Presidente conte, entre seus aliados, com pessoas de confiança, do próprio setor, não vejo razão para nomear técnicos de outras áreas.

Eu concluo, mantendo a minha avaliação de que o Ministro Jatene teve talvez o que nenhum outro ministro deste Governo tem, que é a hombridade de enfrentar o Governo, de discutir, de lutar por aquilo que acredita. Eu mesmo condenei, em pronunciamento recente aqui no plenário, a tentativa de privatização dos hospitais, Senador Ademir Andrade. Condeno esses contratos de gestão, essas orga-

nizações sociais que o Governo pretende criar por medida provisória. O Governo quer estabelecer que pelo menos 15% dos leitos dos hospitais públicos – olha aonde quer chegar o Governo!... O Senador Ademir Andrade criticou que, em sua grande parte, recursos públicos estão indo para hospitais privados. É uma verdade, e a Constituição permite isso. Mas, agora, o Presidente Fernando Henrique Cardoso quer transformar hospitais públicos em organizações sociais e estabelecer que 15% a 20% dos leitos sejam reservados para os atendimentos particulares. Isso, hoje; pode ser que daqui a um ano seja 30%; mais tarde, 50%.

Aí está um grande equívoco do Governo Fernando Henrique Cardoso e do Ministro Adib Jatene. Tenho muito desprendimento para criticar o Ministro no que considero um erro de S. Ex<sup>a</sup>. E esse era um equívoco que se o Ministro apolasse publicamente, eu iria combater e discordar, como já fiz no plenário desta Casa.

O setor da Saúde precisa de mais verbas. Os Constituintes de 1988 estabeleceram, por exemplo, que 25% do Orçamento dos Estados, dos Municípios e 18% da União deveriam ser aplicados na Educação. Um acerto; temos que aplaudir. Mas se esqueceram da Saúde, que é outro pilar de sustentação da sociedade. Realmente, Governos anteriores nunca deram a atenção devida ao setor Saúde. Os Constituintes também não o fizeram. Poderiam ter estabelecido o mínimo de aplicação na Saúde.

Conheço Município em meu Estado onde a Prefeitura não aplica um centavo do orçamento próprio na Saúde. Os Secretários têm que utilizar apenas os recursos do SUS que é a remuneração da prestação de serviços, seja ambulatorial, seja hospitalar que o Governo Federal mantém. As Prefeituras, creio que muitas delas, centenas, talvez milhares, e alguns Governos estaduais gastam bem menos do que deveriam com o setor Saúde. Por isso, entendo que deveríamos tentar estabelecer um piso mínimo a ser aplicado na Saúde Pública do País. Muita coisa deve mudar no setor, muita coisa deve ser feita.

Entretanto, minha avaliação é que o Ministro Jatene vinha cumprindo seu papel. Dificilmente outro que o substitua fará melhor.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Sebastião Rocha, o Sr. Valmir Campelo, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ademir Andrade.*

**O SR. PRESIDENTE** (Ademir Andrade) – Concedo a palavra ao nobre Senador Lúcio Alcântara.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE).** Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ouvi parte do discurso do Senador Sebastião Rocha, quando S. Ex<sup>a</sup> falava sobre o "provão", a aplicação de teste por parte do Ministério da Educação para os concluintes dos cursos de Engenharia, Administração e Direito, salvo engano.

Essa matéria é polêmica; e é fácil compreender por que desperta tanto debate, tanta discussão, pois se trata de uma inovação que mexe com as universidades públicas e privadas e, consequentemente, com alunos e professores dessas instituições de ensino superior, e representa – aí temos de fazer justiça ao Ministro Paulo Renato e ao Governo do Presidente Fernando Henrique – uma tentativa que tem méritos e problemas de se avaliar o ensino universitário.

Fui aluno de universidade pública; mais do que isso, fui aluno de escola secundária pública. Sou um admirador, um defensor do ensino público e acredito que tudo isso que estamos vendo em relação a anuidades, desentendimentos, conflitos, às vezes litígios entre famílias, pais, alunos, diretores de escolas privadas e Governo, tudo é o resultado da degradação do ensino público.

O Poder Público tem a obrigação, o dever de assegurar escola pública e gratuita de qualidade. Como a escola pública se degradou muito, a grande maioria dos pais foram obrigados a colocar os seus filhos em escolas particulares – e não tenho nada contra a escola particular, escolas leigas e escolas confessionais. Como os preços das mensalidades da escola particular subiram muito e os salários não subiram nada, além de a classe média ter empobrecido, esta não suportou mais pagar a anuidade das escolas particulares. Daí vem o conflito, vem o litígio, o desentendimento que, inclusive, é altamente nocivo à boa convivência, que deve existir na verdadeira comunidade educacional, professores, dirigentes de escola, pais de alunos e alunos.

Portanto, de antemão, digo que sou um defensor da escola pública, escola secundária e escola superior. No entanto, reconheço que em nossas universidades nunca houve uma decisão, uma vontade de realmente proceder a uma auto-avaliação. Esse assunto vem sendo adiado há muito tempo, vem sendo objeto de muita indagação em reuniões, muitos debates, mas até então não se tinha chegado a uma conclusão sobre como fazer essa avaliação na prática.

Houve várias discussões sobre a necessidade de se avaliar o aluno ou as universidades. Outra hora não eram mais as universidades, pois não se sabia se elas haviam recebido as verbas. Essa argumentação toda criou um clima de grande desconfiança entre a sociedade e a universidade. A universidade tomou a atitude defensiva de achar que havia setores da sociedade interessados em destruí-la, em impedir seu desenvolvimento, em fazer com que ela não progredisse; a universidade via isso com desconfiança. E muitos, equivocadamente, viam a universidade como uma cidadela de privilégios, de interesses corporativos que, inclusive, não gostaria de ser avaliada.

Por isso, esse mérito temos que dar ao Governo, ao Ministro Paulo Renato, ao Presidente Fernando Henrique, que arrostaram essas críticas e decidiram fazer esse exame já cognominado "provão", com essa nossa maneira de apelidarmos fatos e pessoas no Brasil.

Ontem, tivemos a realização do provão. Há professores que defendem, outros que são contra; há reitores que defendem, outros que são contra; há alunos que defendem, outros que são contra, mas o provão foi realizado.

O Ministério foi cauteloso, na medida em que decidiu preservar o resultado dessas provas para que possa servir de instrumento de discriminação dos alunos concluintes no mercado de trabalho.

Para surpresa minha, grande parte da reação a esse "provão" veio das universidades públicas. Pensei que o protesto viria das universidades e das escolas superiores privadas, porque, com muita injustiça, diz-se que várias delas são meros cartórios fornecedores de diplomas. Esses deveriam estar preocupados com a realização do "provão", mas, pelo menos, não tiveram a ousadia e a coragem de colocar o rosto diante da sociedade como opositores a sua realização.

**O Sr. Francisco Escórcio** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Ouço com prazer V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Francisco Escórcio** – Senador Lúcio Alcântara, pensemos nas regras de um jogo. São elas que estabelecem como se deve jogar. O que aconteceu? Pelo que vi na televisão, ontem, houve uma quebra dessas regras. Se os alunos universitários tivessem sido avisados de que a partir de tal data seria dessa forma, todos já se preparariam e já saberiam a regra do jogo. O problema é que a regra do jogo não está bem estabelecida. Será que todos, ao

tomarem providências, inclusive contra a colocação desse "provão", não o fizeram exatamente por conta disso? É a minha pergunta a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Em parte, V. Ex<sup>a</sup> pode ter razão. Poder-se-ia ter colocado não para os concluentes deste ano, mas para os concludentes do próximo ano. E o Ministro Paulo Renato reconheceu, numa autocritica – creio que no *Jornal do Brasil* -, de que não houve suficiente debate, suficiente discussão sobre a realização do "provão".

V. Ex<sup>a</sup> levanta uma questão que realmente poderia ter sido considerada. O "provão" poderia ter sido colocado para os que estão no penúltimo ano, por exemplo, e também não adiá-lo indefinidamente.

Todavia, o que me chama a atenção nas várias matérias que os jornais publicaram é que alguns alunos, inclusive aqui de Brasília, se não me engano, consideraram a prova fácil demais. Isso é até um bom sinal, sinal de que eles se encontravam bem preparados para realizar esse exame.

O que se quer avaliar é justamente o desempenho da instituição, da universidade ou da escola de nível superior, que não deixa de se refletir no desempenho da grande maioria de seus alunos. Não se vai avaliar o aluno João França, o aluno Gilvam Borges ou o aluno Lúcio Alcântara; vai-se avaliar o conjunto do desempenho dos alunos da instituição de ensino superior. Por isso, creio que essa é uma providência que pode estar contribuindo para quebrar esse gelo ou esse muro de incompreensões entre a universidade e a sociedade civil.

Falam somente sobre o "provão", mas o próprio Ministério da Educação não tem tido a devida habilidade para divulgar o fato de que o "provão" – como querem, com toda razão e justiça, os membros da comunidade universitária brasileira – é apenas um dos instrumentos de avaliação.

Tenho em mãos uma cópia do Decreto nº 2.026, de 10 de outubro de 1996, publicado no *Diário Oficial* de 11-10-96 (nº 198, seção 1), cuja ementa é a seguinte:

Estabelece procedimentos para o processo de avaliação dos cursos e instituições de ensino superior.

**Art. 1º** O processo de avaliação dos cursos e instituições de ensino superior compreenderá os seguintes procedimentos:

(...)

**Art. 3º** Os indicadores de desempenho global referidos no inciso I do art. 1º serão levantados pela Secretaria de Avaliação e Informação Educacional, SEDIAE, e compreenderão:

- I – taxas de escolarização bruta e líquida;
- II – taxas de disponibilidade e de utilização de vagas para ingresso;
- III – taxas de evasão e de produtividade;
- IV – tempo médio para conclusão dos cursos;
- V – índices de qualificação do corpo docente;
- VI – relação média alunos por docente;
- VII – tamanho médio das turmas;
- VIII – participação da despesa com ensino superior nas despesas públicas com educação;
- IX – despesas públicas por aluno no ensino superior público;
- (...)

**Art 4º** A avaliação individual das instituições de ensino superior, conduzida por comissão externa à instituição especialmente designada pela Secretaria de Educação Superior, SESU, considerará os seguintes aspectos...

E arrola os aspectos que serão levados em conta.

No Parágrafo Único desse mesmo artigo está dito:

A comissão externa referida no caput deste artigo levará em consideração a auto-avaliação realizada pela própria instituição, as avaliações dos cursos realizados pelas comissões de especialistas, os resultados dos exames nacionais de cursos, a avaliação da pós-graduação conduzida pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, e a análise dos indicadores de desempenho global realizada pela Sediae.

**Art. 5º** A avaliação dos cursos de graduação far-se-á pela análise dos indicadores estabelecidos pelas comissões de especialistas de ensino e levará em consideração os resultados dos exames nacionais de cursos e os indicadores mencionados no art. 3º, adequadamente adaptados para o caso.

Seguem-se outros artigos que constam do decreto.

Portanto, não será apenas o provão que servirá de indicador no processo de avaliação das instituições de nível superior e sim um conjunto de dados que deverá ser avaliado, mediante as medidas que estão preconizadas no Decreto nº 2.026. E, mais uma vez, nesse caso da avaliação das universidades, a sociedade antecipou-se ao Governo.

Vejam os senhores que há tempo que a **Folha de S.Paulo** publica com certa freqüência a avaliação dos docentes da Universidade de São Paulo – número de trabalhos publicados, onde esses trabalhos foram publicados. Essa avaliação, circulando em um jornal de grande tiragem, como é a **Folha de S.Paulo**, torna do conhecimento geral os dados sobre os professores da Universidade de São Paulo, analisados segundo critérios estabelecidos por aquele prestigioso jornal paulista.

O que o Governo está fazendo agora é justamente ordenar essa avaliação das instituições de ensino superior em relação à graduação, porque já o faz na pós-graduação. Inúmeras vezes vimos publicado nos jornais, inclusive mais uma vez na **Folha de S.Paulo**, avaliação sobre cursos de mestrado, de doutorado, transcrevendo informações obtidas através da própria Capes, órgão encarregado de fazer a avaliação da pós-graduação.

Agora, estamos começando a fazer a avaliação da graduação. Assim, poderemos ter um conhecimento mais exato da qualidade das diferentes instituições de ensino superior no País, públicas e privadas.

Faço este pronunciamento para colocar o problema nos seus devidos termos. Não vamos reduzir o processo de avaliação exclusivamente à realização do "provão". Não vamos esquecer que o Ministro da Educação, Paulo Renato, e o Presidente Fernando Henrique Cardoso já editaram diploma legal, esse decreto que li para V. Ex<sup>s</sup>s que estabelece normas e procedimentos para avaliação das universidades.

Quero solicitar mais uma vez ao Governo, que já tem tomado tantas providências em relação ao ensino de primeiro e segundo graus – aqui mesmo aprovamos, por unanimidade, emenda constitucional redistribuindo os recursos dando prioridade ao ensino fundamental –, que é preciso agora olhar para as universidades. Não basta avaliar. É preciso rever a postura, o comportamento, a atitude do Governo em relação às universidades. As universidades públicas federais estão penalizadas pelo Governo, que não lhes repassa verbas e recursos suficientes. Os hospitais universitários estão fechando, as instalações físicas dessas universidades estão em péssimas condições. O número de professores reduziu drasticamente porque quem pôde se aposentou com medo do espantalho das propostas que o Governo está fazendo para o funcionalismo público federal.

Que o Presidente Fernando Henrique e o Ministro Paulo Renato, que já demonstraram dar à educação fundamental um grande interesse, agora se voltem para a universidade. Não é possível um

País que quer se inserir na economia internacional, ter aspirações de liderança mundial, que deseja se modernizar, que deseja progredir, que deseja redistribuir a renda, que deseja oferecer oportunidades a todos indistintamente, independentemente de sua condição social e econômica, independentemente da região ou da cidade onde viva, não olhe com atenção para o problema da educação.

O Presidente Bill Clinton anunciou agora, após sua reeleição, que a maior prioridade de seu governo será a educação, que chamou de "educação para a competição", ou seja, preparar os jovens universitários americanos para o futuro, para o novo milênio que se aproxima. E ele mostra que só teve melhorada a sua renda aquele que conseguiu freqüentar e se graduar numa universidade; os que não conseguiram não participaram da redistribuição de renda.

Então, não podemos fechar os olhos a essa realidade e não podemos esquecer que, se o Governo diminui de tamanho, se vende suas empresas, se quer rever o seu papel na sociedade brasileira, não pode deixar de olhar para a educação como tarefa fundamental e tarefa sua, não exclusiva, mas predominantemente sua, tanto a educação fundamental, como a do segundo grau e a superior.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ademir Andrade) – Concedo a palavra ao Senador Gilvam Borges.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB-AP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup>s e Srs. Senadores, antes de iniciar o meu pronunciamento, gostaria de me congratular com o Senador Lúcio Alcântara, que realmente fez um excelente comentário sobre a questão da avaliação das universidades, importante passo dado pelo Ministro Paulo Renato. Da equipe ministerial, o Ministro Paulo Renato tem sido, sem sombra de dúvida, uma sentinela avançada do Governo que af está.

Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup>s e Srs. Senadores, na semana que passou, numa discreta cerimônia no Palácio do Planalto, o Governo Federal anunciou a edição de medida provisória que dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte e instituiu o Sistema Integrado de Pagamentos e Contribuições – ou, resumidamente, o "Simples".

Acostumados com a edição de sucessivos pacotes econômicos de final de ano, que se resumiam em aumentar a carga tributária incidente sobre as atividades produtivas, os micro e pequenos empresários têm no "Simples" uma rara e louvável iniciativa que estimulará o crescimento de seus negócios,

através da redução da carga tributária e da simplificação dos procedimentos de recolhimento fiscal.

É preciso que se diga, a bem da verdade dos fatos, que a simplificação nos procedimentos de cobrança e a diminuição do montante de tributos, defendidos histórica e entusiasticamente pelos pequenos empresários, são o resultado de uma árdua e longa batalha, cujos primeiros e decisivos passos foram dados durante o Governo do Presidente José Sarney. Representa, ainda, a medida provisória uma tomada de posição do Governo em favor daqueles que, sabida e comprovadamente, são os maiores empregadores neste País.

No último dia 7 foi designada Comissão Mista para estudar e dar parecer sobre a Medida Provisória nº 1.526, no Congresso Nacional. Não pretendo, nesta oportunidade, externar qualquer juízo de valor sobre os dispositivos constantes da norma provisória, pois, na qualidade de Presidente designado, devo aguardar o pronunciamento do ilustre relator e as ponderações dos demais membros desse colegiado.

Entretanto, não poderia deixar de registrar o fato de que essa iniciativa governamental é uma demonstração de maturidade política, porque, independentemente de eventuais divergências, o Governo Federal retoma um antigo projeto do Presidente Sarney, acenando inequivocamente para o País que deseja valorizar os setores produtivos e, por consequência, multiplicar a oferta de empregos.

Sr. Presidente, minha atuação nesta Casa pode ser sintetizada em duas vertentes: defesa e melhoria das condições de vida do povo do Estado do Amapá, e independência e imparcialidade quanto às matérias submetidas à apreciação do Senado Federal, seja quem for o seu autor ou autores. Procedo desse modo a fim de cumprir com dignidade o mandato que me foi confiado e para ficar em paz com minha consciência.

Mesmo que isso venha a contrariar os interesses de alguns grupos, nunca vacilei em protestar e discordar dessa ou daquela iniciativa, desde que a julgassem contrária ao interesse público. Desta forma, posso afirmar que sou avesso a modismos e não me deixo influenciar ou intimidar por unanimidades fabricadas e de ocasião. Prova disto é que, no meu último pronunciamento, tecí severas críticas ao Programa de Reforma Administrativa, conduzido pelo Executivo e, que, em minha opinião, somente vem penalizar o servidor público de carreira, ou seja, aquele que dedica sua vida profissional ao Estado e aos cidadãos.

Se por um lado não temo criticar com veemência o que parece injusto ou inconveniente, por outro, empenho-me em registrar e aplaudir o que entendo ser uma boa iniciativa, tecendo-lhe os elogios que merece.

A presente medida provisória inclui-se nesse grupo de iniciativas que julgo merecedora de aplausos, pois seu texto sinaliza em uma única direção: o Governo Federal passa a atuar em favor dos micro e pequenos empresários, concedendo-lhes a oportunidade de sedimentar seus negócios e de crescer.

Vale ainda ressaltar – e este talvez seja seu maior mérito – que a Medida Provisória nº 1.526 fomenta a criação de milhares de novos postos de emprego, além de proteger os atuais.

De minha parte, Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadores, buscarei cumprir, com eficiência e presteza, a tarefa de reunir a Comissão Mista designada para proferir o parecer sobre a Medida Provisória nº 1.526, de 1996, porque, no meu entender, o Congresso deverá, assim como o Executivo, tornar clara sua opção por aqueles que, silenciosa e na maioria das vezes anonimamente, movem essa grande engrenagem chamada Brasil.

Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadores, antes de encerrar, gostaria de tecer alguns comentários sobre notícia divulgada pela **Rede Globo**, segundo a qual o Presidente Fernando Henrique Cardoso teria afirmado que o Senador José Sarney não tem voto nem liderança.

Recuso-me a acreditar que o Presidente da República tenha feito essa declaração, em desrespeito a um homem com uma experiência de mais de cinqüenta anos de vida pública; um intelectual reconhecido nacional e internacionalmente, com obras publicadas; um ex-Presidente da República que tem uma influência, um peso e uma contribuição, não só em nível de voto, mas para o equilíbrio deste País.

Não entendo que o Senhor Presidente da República queira fazer um desafio ao Senador José Sarney, Presidente desta Instituição, para que venha a disputar a Presidência da República. O que estará nas entrelinhas? Qual é o jogo do consenso? Talvez uma candidatura única à Presidência da República, em que talvez alguns tucanos, que têm pouca autonomia de vôo – todos sabem neste País que tucano não atravessa rio largo, pois se for um rio muito largo, ele cai no meio do rio. É preciso que alguns mentores ideológicos do PSDB tentem minimizar esse tipo de críticas irresponsáveis, que não merecem crédito.

Como se pode dizer que o Presidente Sarney não tem influência? A sua influência está nas suas escritas, está no seu trabalho, está na sua dedicação a este País. Até os seus adversários dos mais extremados Partidos de oposição que se dizem de esquerda o admiram. Para mim, não existe mais esquerda. Permita-me, Sr Presidente, Sr<sup>s</sup>s e Srs. Senadores, mas estamos numa nova fase, numa nova roupagem.

Então, gostaria de deixar registrado que fiquei boquiaberto com essas declarações e que acredito que o Presidente Fernando Henrique não as tenha dado. O Presidente do Congresso Nacional tem voto sim, como tem prestígio e respeito não só dos políticos, mas de toda a população brasileira, do extremo norte ao sul, do Oiapoque ao Chuí. Estamos nós aqui, somos muitos e estamos esperando a hora da partida. Convivo nesta Casa com excelentes Senadores tucanos, de respeitabilidade que se faz justo dizer, mas há alguns tucanos engomadinhos que são terríveis, são os principes da antipatia e da presunção, que tentam subestimar ou minimizar as lideranças reconhecidas pelo voto e pela tradição.

Gostaria que o Senhor Presidente da República tomasse conhecimento de que esse tipo de declarações afetaram, profundamente, a nossa dignidade, nós que fazemos parte dessa Instituição. O Senador José Sarney é o Presidente do Congresso Nacional, é um homem de ampla vivência e de uma respeitabilidade em todas as áreas.

Sr. Presidente, encerro o meu pronunciamento, agradecendo a V. Ex<sup>a</sup> pela paciência.

**O SR. PRESIDENTE** (Ademir Andrade) – Encerrou-se, na última sexta-feira, o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 293, de 1995, de autoria do Senador Lício Alcântara, que dispõe sobre as contas hospitalares do Sistema Único de Saúde e dá outras providências.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ademir Andrade) – O Sr. Senador Valmir Campelo enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>a</sup> será atendido.

**O SR. VALMIR CAMPELO** (PTB-DF) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup>s e Srs. Senadores, está largamente evidenciado que os países que apresentaram as melhores performances econômicas, nos últimos 50 anos, foram exatamente aqueles que desenvolveram políticas específicas para promover a expansão das pequenas e microempresas.

O estímulo às pequenas e microempresas, além de fator gerador de mão-de-obra e de desenvolvimento, reduz a informalidade e acaba, por vias indiretas, gerando mais divisas fiscais para o Estado.

Na Alemanha e no Japão é notável a participação das pequenas empresas na melhoria da distribuição de renda, na promoção crescente dos municípios, na redução da inflação, no aumento das oportunidades de acesso ao mercado e na introdução de uma ética mais humana nas relações econômicas, que tem como resultado a disseminação da competitividade, da produtividade e, por fim, da tão decantada justiça social.

Isso sem dizer que as pequenas e microempresas constituem o instrumento mais eficaz de combate aos oligopólios e aos cartéis.

As micro e pequenas empresas representam hoje, no Brasil, um universo de nada menos que 4 milhões de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços. São responsáveis por 48% do total da produção nacional; 42% dos salários pagos; 68% da oferta de mão de obra e cerca de 30% do Produto Interno Bruto.

Não obstante, até muito pouco tempo atrás, a mentalidade fiscalista do Estado brasileiro vinha sufocando o potencial criador desse importante setor da economia nacional.

Tratando uniformemente os desiguais, equiparando grandes e pequenos, o Estado brasileiro vinha cometendo uma imperdoável heresia para com as pequenas e microempresas.

Tais critérios, além de injustos, inibia a expansão do setor e dificultava a retomada do desenvolvimento da economia nacional.

Quando impunha a uma empresa familiar, de fundo de quintal, as mesmas regras e exigências que vigoravam para as empresas de grande porte o Estado condenava um segmento vital da economia à marginalidade. Além de injusto, esse procedimento era sobretudo retrógrado, constituindo um entrave ao nosso desenvolvimento.

Buscando solucionar o problema, o nobre senador José Sarney, insigne Presidente desta Casa e do Congresso Nacional, apresentou e conseguiu aprovar em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Econômicos dois projetos nesse sentido.

O primeiro dispondo sobre o regime tributário das microempresas e empresas de pequeno porte, cuja intenção era corrigir todas aquelas distorções que relatei no curso deste meu pronunciamento.

O segundo, constitui, na verdade, o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte pro-

priamente dito. Nele o Presidente Sarney inclui tudo aquilo que os pequenos empresários reivindicaram: tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido.

Vencidas as etapas da tramitação nesta Casa, a matéria foi encaminhada à Câmara dos Deputados. Entretanto, em que pese o cuidado e a profunda preocupação no sentido de fortalecer a pequena e a microempresa em nosso País, o Presidente José Sarney não colherá os louros dessa brilhante iniciativa.

O Governo Federal, valendo-se da prerrogativa de editar Medidas Provisórias, acaba de enviar ao Congresso Nacional matéria disposta sobre o regime tributário das micro e pequenas empresas, instituindo o sistema integrado de pagamento de contribuições e impostos.

Em outras palavras, a Medida Provisória 1526, referente à micro e pequena empresa, atropela indiscriminadamente a iniciativa do Senador José Sarney.

No meu ponto de vista, a Medida Provisória do Governo constitui, no mínimo, uma desconsideração para com o Congresso Nacional. Considero aética essa iniciativa do Governo Federal.

Ao atropelar projetos já aprovados no Senado Federal e em tramitação normal na Câmara dos Deputados, o Governo age como quem está ávido por colher os louros e aplausos por toda boa idéia neste País.

Não resta dúvida de que a iniciativa do Senador José Sarney tinha por escopo atender aos reclamos de milhões de brasileiros dependentes das atividades econômicas das pequenas e microempresas.

A iniciativa do Presidente do Senado Federal, em última instância, buscava consolidar a própria democracia, incentivando o desenvolvimento e criando condições para a necessária distribuição de rendas em nosso País. Pena que tenha sido atropelada pela Medida Provisória do Governo, que parece cada dia mais ávido por notoriedade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ademir Andrade) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 16h34min.)*

#### ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.272, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 15886/96-4, resolve dispensar a servidora MARIA CRISTINA RAMALHO CRUZ DE CARVALHO, matrícula 3682, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 2 – Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Gilvam Borges, com efeitos financeiros a partir de 25 de outubro de 1996, e lotá-la no Gabinete do Senador Fernando Bezerra a partir da mesma data.

Senado Federal, 11 de novembro de 1996. – Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

#### ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.273, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 15886/96-4, resolve designar a servidora MARIA CRISTINA RAMALHO CRUZ DE CARVALHO, matrícula 3682, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 2 – Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-3, do Gabinete do Senador Fernando Bezerra, com efeitos financeiros a partir de 25 de outubro de 1996.

Senado Federal, 11 de novembro de 1996. – Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

<p><b>MESA</b> Presidente José Samey – PMDB – AP</p> <p><b>1º Vice-Presidente</b> Teotonio Vilela Filho – PSDB – AL</p> <p><b>2º Vice-Presidente</b> Júlio Campos – PFL – MT</p> <p><b>1º Secretário</b> Odacir Soares – PFL – RO</p> <p><b>2º Secretário</b> Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p><b>3º Secretário</b> Levy Dias – PPB – MS</p> <p><b>4º Secretário</b> Ermândes Amorim – PMDB – RO</p> <p><b>Suplentes de Secretário</b></p> <p>Antônio Carlos Valadares -- PSB – SE Eduardo Suplicy – PT – SP Ney Suassuna – PMDB – PB Emilia Femandes – PTB – RS</p> <p><b>CORREGEDORIA PARLAMENTAR</b> <b>Corregedor</b> (Eleito em 16-3-95) Romeu Tuma – PSL – SP</p> <p><b>Corregedores – Substitutos</b> (Eleitos em 16-3-95)</p> <p><b>1º Senador</b> Ramez Tebet – PMDB – MS</p> <p><b>2º Senador</b> Joel de Hollanda – PFL – PE</p> <p><b>3º Senador</b> Lúcio Alcântara – PSDB – CE</p> <p><b>PROCURADORIA PARLAMENTAR</b> (Designação: 16 e 23-11-95) Nabor Júnior – PMDB – AC Waldeck Omelas – PFL – BA</p>	<p>Emilia Femandes – PTB – RS José Ignácio Ferreira – PSDB – ES Lauro Campos – PT – DF</p> <p><b>LIDERANÇA DO GOVERNO</b></p> <p><b>Líder</b> Elcio Alvares – PFL – ES</p> <p><b>Vice-Líderes</b> José Roberto Arruda – PSDB – DF Wilson Kleinübing – PFL – SC Ramez Tebet – PMDB – MS</p> <p><b>LIDERANÇA DO PMDB</b></p> <p><b>Líder</b> Jáder Barbalho</p> <p><b>Vice-Líderes</b></p> <p>Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvam Borges Fernando Bezerra Gilberto Miranda</p> <p><b>LIDERANÇA DO PFL</b></p> <p><b>Líder</b> Hugo Napoleão <b>Vice-Líderes</b> Edison Lobão Francelino Perela Joel de Holanda Romero Jucá</p> <p><b>LIDERANÇA DO PSDB</b></p> <p><b>Líder</b> Sérgio Machado <b>Vice-Líderes</b></p>	<p>Geraldo Melo José Ignácio Ferreira Lúdio Coelho</p> <p><b>LIDERANÇA DO PPB</b></p> <p><b>Líder</b> Epitacio Cafeteira</p> <p><b>LIDERANÇA DO PT</b></p> <p><b>Líder</b> José Eduardo Dutra</p> <p><b>Vice-Líder</b> Benedita da Silva</p> <p><b>LIDERANÇA DO PTB</b></p> <p><b>Líder</b> Valmir Campelo</p> <p><b>LIDERANÇA DO PDT</b></p> <p><b>Líder</b> Júnia Markee</p> <p><b>Vice-Líder</b> Sebastião Rocha</p> <p><b>LIDERANÇA DO PSB</b></p> <p><b>Líder</b> Ademir Andrade</p> <p><b>LIDERANÇA DO PPS</b></p> <p><b>Líder</b> Roberto Freire</p> <p><b>LIDERANÇA DO PSL</b></p> <p><b>Líder</b> Romeu Tuma</p>
--	---	---

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
(Eleito em 19-4-95)

**Presidente:** Casildo Maldaner – PMDB – SC

**Vice-Presidente:** José Alves – PFL – SE

(Eleitos em 28-2-96)

**Titulares**

**Suplentes**

**PMDB**

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

**PFL**

1. Elcio Alvares
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

**PSDB**

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

**PPB (ex-PPR + ex-PP)**

1. Epitácio Cafeteira
2. Osmar Dias (PSDB)

1. Lucídio Portella
2. Antônio Carlos Valadares (PSB)

**PTB**

1. Emilia Fernandes

1. Arlindo Porto

**PT**

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

**PDT**

1. Darcy Ribeiro

1. Sebastião Rocha

**Membro Nato**

Romeu Tuma (Corregedor)

## **SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

### **SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)  
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)  
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)  
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

### **SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS**

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)  
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)  
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)  
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)  
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)  
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

### **SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES**

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)  
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)  
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)  
IZAIAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)  
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)  
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)  
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

## COMISSÕES PERMANENTES

### **COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE**

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: VAGO +1

(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES		
<b>PMDB</b>			
GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-SILVA JÚNIOR	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
JADER BARBALHO	PA-3051/53	6- HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	8-VAGO	
<b>PFL</b>			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3-WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	7-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
<b>PSDB</b>			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
VAGO +1		3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
OSMAR DIAS	PR-2121/22	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
<b>PPB</b>			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-SANDRA GUIDI	SC-4206/07
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
<b>PT</b>			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPLICY	SP-3213/15	2- VAGO	
<b>PTB</b>			
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
<b>PDT</b>			
JÚNIA MARISE	MG-4751/52	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
<b>PSB</b>			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	1-ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

\*1 - aguardando indicação da liderança, tendo em vista que o Senador JOSÉ SERRA - titular da cadeira - reassumiu sua vaga no Senado.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.

SECRETÁRIO: DIRceu VIEIRA MACHADO FILHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA N° 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255

FAX: 311-4344

**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS  
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON  
 (29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

**TITULARES**

**SUPLENTES**

**PMDB**

CARLOS BEZERRA	MT-2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
SILVA JÚNIOR	PB-2421/27	5-VAGO	
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
VAGO		9-VAGO	

**PFL**

ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2411/12	3-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	4-FREITAS NETO	PI-2131/37
FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/72	5-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOSÉ AGripino	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	7-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
VAGO		8-VAGO	

**PSDB**

BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
OSMAR DIAS	PR-2121/22	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12

**PPB**

LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/57	1-EPITÁCIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77	2-SANDRA GUIDI	SC-4206/07

**PT**

MARINA SILVA	AC-2181/87	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	

**PTB**

VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32
----------------	--------------	--------------------	------------

**PDT**

DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7453/4018
---------------	------------	----------------	--------------

**PSB**

ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-VAGO	
----------------------	------------	--------	--

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.  
 SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ  
 FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359  
 FAX: 311-3652

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE  
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA  
 (23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
<b>PMDB</b>	
IRIS REZENDE	G0-2031/37
SILVA JÚNIOR	PB-2421/27
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
RAMEZ TEBET	MS-2221/27
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/62
NEY SUASSUNA	PB-4345/46
	1-VAGO
	2-PEDRO SIMON
	3-GILVAN BORGES
	4-CARLOS BEZERRA
	5-GILBERTO MIRANDA
	6-HENRIQUE LOYOLA
	7-VAGO
<b>PFL</b>	
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
EDISON LOBÃO	MA-2311/17
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
	1-ELCIO ALVARES
	2-CARLOS PATROCÍNIO
	3-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES
	4-HUGO NAPOLEÃO
	5-JOSÉ AGRIPINO
	6-FREITAS NETO
<b>PSDB</b>	
JOSE IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07
JEFFERSON PERES	AM-2061/67
SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87
	1-BENI VERAS
	2-ARTUR DA TÁVOLA
	3-VAGO
	4-VAGO
<b>PPB</b>	
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
	1-SANDRA GUIDI
<b>PT</b>	
JOSE EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
	1-BENEDITA DA SILVA
<b>PTB</b>	
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27
	1-JOSÉ EDUADRO A. VIEIRA
<b>PDT</b>	
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30
	1-JÚNIA MARISE
<b>PSB</b>	
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04
	1-ADEMIR ANDRADE
<b>PPS / PSL</b>	
ROBERTO FREIRE	PE-2161/67
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57
	1-VAGO

\*1 - Os Senadores ROBERTO FREIRE e ROMEU TUMA indicaram-se para a mesma vaga, conforme Of. 105/96-SF/GSRFRE e o Of. 099/96-GSTR

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.  
 SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES  
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA N° 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541  
 FAX: 311- 4315

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE**  
**PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO**  
**VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES**  
**(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)**

TITULARES	SUPLENTES		
<b>PMDB</b>			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
IRIS REZENDE	GO-2031/32	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
JADER BARBALHO	PA-2441/42	5-VAGO	
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	6-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378
VAGO		8-VAGO	
<b>PFL</b>			
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	5-FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/70
ELCIO ALVARES	ES-3130/32	6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	7-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
<b>PSDB</b>			
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32	1-BENI VERAS	CE-3242/43
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	4-OSMAR DIAS	PR-2121/27
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-VAGO	
<b>PPB</b>			
SANDRA GUIDI	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72
<b>PT</b>			
MARINA SILVA	AC-2181/82	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	2-ROBERTO FREIRE *1	PE-2161/67
<b>PTB</b>			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22
<b>PDT</b>			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
<b>PSB</b>			
VAGO		1-VAGO	

\*1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT

**OBS:** De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

- 1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente
- 2 - PSB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.  
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA  
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA N° 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276  
 FAX: 311-3121

**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC**

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
<b>PMDB</b>	
RAMEZ TEbet	MS-2222/23
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
FLAVIANO MELO	AC-3493/94
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40
JADER BARBALHO	PA-2441/42
<b>PFL</b>	
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69
JOSÉ ALVES	SE-4055/56
EDISON LOBÃO	MA-2311/12
<b>PSDB</b>	
CARLOS WILSON	PE-2451/52
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
<b>PPB</b>	
SANDRA GUIDI	SC-4206/07
<b>PT</b>	
EDUARDO SUPLICY	SP-3215/16
<b>PTB</b>	
JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
<b>PDT</b>	
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30
<b>PSB / PPS</b>	
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS  
 SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU  
 TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA N° 06 ALA SENADOR NILO COELHO  
 TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254  
 FAX: 311-1060

**COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA  
 VICE-PRESIDENTE: SENADORA REGINA ASSUMPÇÃO  
 (23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

## TITULARES

## SUPLENTES

**PMDB**

NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-VAGO	
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3106
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	6-VAGO	
VAGO		7-VAGO	

**PFL**

FREITAS NETO	PI-2131/2132	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/4069
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	5-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
JOEL HOLLANDA	PE-3197/3199	6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057

**PSDB**

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-GERALDO MELO	RN-2371/2377
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387	2-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2012	3-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
VAGO		4-OSMAR DIAS	PR-2121/2127

**PPB**

LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/3057	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/2077
------------------	--------------	----------------------	--------------

**PDT**

SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247	1-DARCY RIBEIRO	RJ-4229/4231
-----------------	--------------	-----------------	--------------

**PTB**

REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
------------------	--------------	--------------------------	------------

**PT**

JOSE EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-MARINA SILVA	AC-2181/2187
--------------------	--------------	----------------	--------------

**PSB**

ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107	1-VAGO	
----------------	--------------	--------	--

**PPS / PSL**

ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162	1-ROMEU TUMA	SP-2051/2057
----------------	--------------	--------------	--------------

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.  
 SECRETÁRIO: CELSO PARENTE  
 TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA N° 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)  
 FAX: 311-3286

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**  
**PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES**  
**VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL.**  
**(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)**

TITULARES	SUPLENTES
<b>PMDB</b>	
RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FLAVIANO MELO	AC-3493/94
HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/47
PEDRO SIMON	RS-3230/31
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57
1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
3-SILVA JÚNIOR	PB-2421/27
4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
6-RAMEZ TEBET	MS-2221/22
<b>PFL</b>	
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86
JOSÉ AGRIPIINO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
2-FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/72
3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
<b>PSDB</b>	
GERALDO MELO	RN-2371/77
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
LÚDIO COELHO	MS-2381/87
1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
3-VAGO	
<b>PPB</b>	
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
	1-LEOMAR QUINTANILHA
	TO-3055/57
<b>PT</b>	
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
	1-MARINA SILVA
	AC-2181/87
<b>PTB</b>	
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34
	1-VALMIR CAMPELO
	DF-12/1348
<b>PDT</b>	
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47
	1-DARCY RIBEIRO
	RJ-3188/89
<b>PSB / PPS</b>	
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02
	ANTONIO C. VALADARES
	SE-2201/04

\*1 - ROMEU TUMA (PSL) - vaga cedida pelo PMDB

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.  
 SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS  
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA N° 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367  
 FAX: 311-3546

SENADO FEDERAL  
SECRETARIA LEGISLATIVA  
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE**  
PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA  
VICE-PRESIDENTE: VAGO \*1  
(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-SILVA JÚNIOR	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
JADER BARBALHO	PA-3051/53	6-HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	8-VAGO	
<b>PMDB</b>			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3-WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	7-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
<b>PSDB</b>			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-LÚDICO COELHO	MS-2381/82
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
VAGO *1		3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
OSMAR DIAS	PR-2121/22	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
<b>PPB</b>			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-SANDRA GUIDI	SC-4206/07
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
<b>PT</b>			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPLICY	SP-3213/15	2-VAGO	
<b>PTB</b>			
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
<b>PDT</b>			
JÚNIA MARISE	MG-4751/52	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
<b>PSB</b>			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	1-ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

\*1 - aguardando indicação da liderança, tendo em vista que o Senador JOSÉ SERRA - titular da cadeira - reassumiu sua vaga no Senado.

**REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.  
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO  
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605**

**SALA N° 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255  
FAX: 311-4344**

ATUALIZADA EM: 04/11/96

**SENADO FEDERAL**  
**SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**  
**PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS**  
**VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON**  
**(29 TITULARES E 29 SUPLENTES)**

TITULARES	SUPLENTES
CARLOS BEZERRA	PMDB
GILVAN BORGES	1-NABOR JUNIOR
JOÃO FRANÇA	2-ONOFRE QUINAN
HENRIQUE LOYOLA	3-JOSÉ FOGAÇA
SILVA JÚNIOR	4-FERNANDO BEZERRA
MAURO MIRANDA	5-VAGO
MARLUCE PINTO	6-RAMEZ TEBET
VAGO	7-VAGO
VAGO	8-VAGO
VAGO	9-VAGO
	PFL
ROMERO JUCA	RR-2111/17
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
JOSÉ ALVES	SE-4055/57
FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/72
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17
EDISON LOBÃO	MA-2311/17
VAGO	1-GUILHERME PALMEIRA
	2-JOSÉ BIANCO
	3-ELCIO ALVARES
	4-FREITAS NETO
	5-JOEL DE HOLLANDA
	6-JOSÉ AGRIPINO
	7-BERNARDO CABRAL
	8-VAGO
	PSDB
BENI VERAS	CE-3242/43
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07
CARLOS WILSON	PE-2451/57
OSMAR DIAS	PR-2121/22
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
	1-ARTUR DA TÁVOLA
	2-GERALDO MELO
	3-JEFFERSON PERES
	4-LÚDIO COELHO
	5-JOSÉ ROBERTO ARRUDA
	PPL
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/57
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77
	1-EPITÁCIO CAFETERIA
	2-SANDRA GUIDI
	PT
MARINA SILVA	AC-2181/87
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA
	2-VAGO
	PTB
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348
	1-EMÍLIA FERNANDES
	CD
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31
	1-JUNIA MARISE
	PSS
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04
	1-VAGO

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.  
 SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ  
 FONES DA SECRETARIA: 311-4608/3515

SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
 TEL. DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359  
 FAX: 311-3652

ATUALIZADA EM: 04/11/96

SENADO FEDERAL  
SECRETARIA LEGISLATIVA  
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE  
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA  
(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
	<b>PMDB</b>
IRIS REZENDE	G0-2031/37
SILVA JÚNIOR	PB-2421/27
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
RAMEZ TEbet	MS-2221/27
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/62
NEY SUASSUNA	PB-4345/46
	1-VAGO
	2-PEDRO SIMON
	3-GILVAN BORGES
	4-CARLOS BEZERRA
	5-GILBERTO MIRANDA
	6-HENRIQUE LOYOLA
	7-VAGO
	<b>PEL</b>
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
EDISON LOBÃO	MA-2311/17
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
	1-ELCIO ALVARES
	2-CARLOS PATROCÍNIO
	3-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES
	4-HUGO NAPOLEÃO
	5-JOSÉ AGRIPINO
	6-FREITAS NETO
	<b>PSDB</b>
JOSE IGNACIO FERREIRA	ES-2021/27
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07
JEFFERSON PERES	AM-2061/67
SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87
	1-BENI VERAS
	2-ARTUR DA TÁVOLA
	3-VAGO
	4-VAGO
	<b>PPB</b>
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
	1-SANDRA GUIDI
	<b>PT</b>
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
	1-BENEDITA DA SILVA
	<b>PTB</b>
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27
	1-JOSÉ EDUADRO A. VIEIRA
	<b>PMN</b>
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30
	1-JÚNIA MARISE
	<b>PSB</b>
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04
	1-ADEMIR ANDRADE
	<b>PPS / PSC</b>
ROBERTO FREIRE	PE-2161/67
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57
	1-VAGO

\*1- Os Senadores ROBERTO FREIRE e ROMEU TUMA indicaram-se para a mesma vaga, conforme Of. 105/96-SF/GSRFRE e o Of. 099/96-GSTR

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.  
SECRETARIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES  
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541  
FAX: 311- 4815

ATUALIZADA EM: 01/11/96

**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA LEGISLATIVA**  
**SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**  
**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE**  
**PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO**  
**VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES**  
**(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)**

TITULARES		SUPLENTES	
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
IRIS REZENDE	GO-2031/32	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
JADER BARBALHO	PA-2441/42	5-VAGO	
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	6-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378
VAGO		8-VAGO	
<b>PMDB</b>			
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	5-FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/70
ELCIO ALVARES	ES-3130/32	6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	7-ROMERO JUÇÁ	RR-2111/17
<b>PT</b>			
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32	1-BENI VERAS	CE-3242/43
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	4-OSMAR DIAS	PR-2121/27
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-VAGO	
<b>PSDB</b>			
SANDRA GUIDI	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72
<b>PPB</b>			
MARINA SILVA	AC-2181/82	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	2-ROBERTO FREIRE *1	PE-2161/67
<b>PTB</b>			
EMILIA FERNANDES	RS-2331/32	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22
<b>PPD</b>			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
<b>PSB</b>			
VAGO		1-VAGO	

\*1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

- 1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente
- 2 - PSB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.  
 CRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA  
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA N° 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276  
 FAX: 311-3121

ATUALIZADA EM: 04/11/96

SENADO FEDERAL  
 SECRETARIA LEGISLATIVA  
 SUBSECRETARIA DE COMISSÕES  
**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC**  
 PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO  
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES  
 (17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
RAMEZ TEBET	PMDB
GILBERTO MIRANDA	1-GILVAN BORGES
FLAVIANO MELO	2-ROBERTO REQUIÃO
HUMBERTO LUCENA	3-VAGO
JADER BARBALHO	AP-2151/52
PR-2401/02	
JOSAPHAT MARINHO	PFL
CARLOS PATROCÍNIO	1-JOÃO ROCHA
JOSÉ ALVES	2-FRANCELINO PEREIRA
EDISON LOBÃO	TO-4070/71
MG-2411/12	
CARLOS WILSON	PSDB
SÉRGIO MACHADO	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA
COUTINHO JORGE	ES-2021/22
SANDRA GUIDI	PPB
EDUARDO SUPLICY	SC-4206/07
JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	1-LEOMAR QUINTANILHA
DARCY RIBEIRO	PT
ANTONIO C. VALADARES	SP-3215/16
	1-LAURÓ CAMPOS
	PTB
	PR-4059/60
	1-VALMIR CAMPELO
	DF-12/1348
	PDT
	RJ-4229/30
	PSB / PPS
	SE-2201/04

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FERIAS ÀS 10:30 HORAS  
 SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU  
 TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA N° 06 - ALA SENADOR NILO COELHO  
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254  
 FAX: 311-1060

ATUALIZADA EM: 01/11/96

SENADO FEDERAL  
SECRETARIA LEGISLATIVA  
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

**COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPIÑO MAIA  
VICE-PRESIDENTE: SENADORA REGINA ASSUMPÇÃO  
(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
<b>PMDB</b>	
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
MARLUCE PINTO VAGO	RR-1101/1201
<b>PT</b>	
FREITAS NETO	PI-2131/2132
JOSÉ AGRIPIÑO	RN-2361/2367
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132
JOEL HOLLANDA	PE-3197/3199
<b>PSDB</b>	
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387
JOSÉ ROBERTO ARRUDA VAGO	DF-2011/2012
<b>PPE</b>	
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/3057
<b>PTB</b>	
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247
<b>PTB</b>	
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321
<b>PT</b>	
JOSE EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397
<b>PSE</b>	
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107
<b>PPS / PSL</b>	
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162

**OBS:** De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.  
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE  
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292  
FAX: 311-3286

ATUALIZADA EM: 01/11/96

SENADO FEDERAL  
SECRETARIA LEGISLATIVA  
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: BERNARDO CABRAL  
(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
	<b>PMDB</b>
NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378
FLAVIANO MELO	AC-3493/94
HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/47
PEDRO SIMON	RS-3230/31
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57
	<b>PPB</b>
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
	<b>PSDB</b>
GERALDO MELO	RN-2371/77
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
LÚDIO COELHO	MS-2381/87
	<b>PPB</b>
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
	<b>PT</b>
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
	<b>PTB</b>
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34
	<b>PPD</b>
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47
	<b>PSB / PPS</b>
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02
	<b>PPS</b>
	1-MARLUCE PINTO
	2-FERNANDO BEZERRA
	3-SILVA JÚNIOR
	4-GERSON CAMATA
	5-IRIS REZENDE
	6-RAMEZ TEBET
	1-JOEL DE HOLLANDA
	2-FRANCISCO ESCÓRCIO
	3-JOÃO ROCHA
	4-JOSÉ ALVES
	5-VILSON KLEINÜBING
	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA
	2-CARLOS WILSON
	3-VAGO
	1-LEOMAR QUINTANILHA
	1-MARINA SILVA
	1-VALMIR CAMPELO
	1-DARCY RIBEIRO
	1-ANTONIO C. VALADARES
	RR-1101/4062
	RN-2461/67
	PB-2421/27
	ES-3203/04
	GO-2031/37
	MS-2221/22
	PE-3197/99
	MA-3069/72
	TO-4071/72
	SE-4055/57
	SC-2041/47
	ES-2021/27
	PE-2451/57
	TO-3055/57
	AC-2181/87
	DF-12/1348
	RJ-3188/89
	SE-2201/04

\*1 - ROMEU TUMA (PSL) - vaga cedida pelo PMDB

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.  
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS  
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA N° 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367  
FAX: 311-3546

ATUALIZADA EM: 04/11/96

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**  
**(SEÇÃO BRASILEIRA)**  
**(Designada em 25-4-95)**

**Presidente:** Deputado PAULO BORNHAUSEN

**Vice-Presidente:** Senador CASILDO MALDANER  
**Secretário-Geral:** Senador LÚDIO COELHO  
**Secretário-Geral Adjunto:** Deputado ROGÉRIO SILVA

**SENADORES**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
	PMDB
José Fogaça Cassildo Maldaner	Marluce Pinto <sup>1</sup> Roberto Requião
PFL	
Vilson Kleinübing Romero Jucá	Joel de Holanda Júlio Campos
PSDB	
Lúdio Coelho	Felipe Melo
PPB	
Esperidião Amin	Dilceu Sperafico
PTB	Miguel Rossetto
Emilia Fernandes	

Osmar Dias<sup>2</sup>

**PP**

**PT**

Benedita da Silva  
Eduardo Suplicy  
Lauro Campos

**DEPUTADOS**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>Bloco Parlamentar PFL/PTB</b>	
Luciano Pizzatto Paulo Bornhausen	Antônio Ueno José Carlos Vieira
PMDB	
Paulo Ritzel Valdir Colatto	Elias Abrahão Rivaldo Macari
PSDB	
Franco Montoro	Yeda Crusius
PPB	
Felter Júnior <sup>3 4</sup>	João Pizzolatti
PP	
Dilceu Sperafico	Augustinho Freitas
PT	
Miguel Rossetto	Luiz Malnardi

1 Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95

2 Filiado ao PSDB em 22-6-95

3 Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95

4 Júlio Redecker substituído por Felter Júnior, em 1º-2-96

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal**

**COMPACT DISK  
CD/ROM**

- Normas Jurídicas de hierarquia superior (leis, decretos, decretos-leis etc.) com base no Banco de Dados "NJUT – Normas Jurídicas", de forma referencial contendo texto integral da Constituição, disponível no Sistema de Informação do Congresso Nacional – SICON, do Prodases.
- O acervo inclui, além de 3.988 documentos anteriores a 1946, dados informativos da legislação posterior àquele ano provenientes das seguintes fontes:
  - Diário Oficial da União (a partir de 1808)
  - Diário Oficial da União (acervo micrográfico do período 1930/1954)
  - Diário do Congresso I – Câmara (a partir de 1888)
  - Diário do Congresso II – Senado (a partir de 1888)
  - Diário da Justiça (a partir de 1925)
- Trimestralmente será editada uma nova versão do CD-ROM NJUT com dados atualizados.
- O pedido deverá ser acompanhado de depósito bancário a ser realizado na Caixa Econômica Federal em nome da FUNDASEN, agência 0005, operação 006, conta nº 950.056-8.

**Valor unitário: R\$ 65,00  
Despesas postais: R\$ 5,00**

**REGIMENTO INTERNO – SENADO FEDERAL (R\$ 10,00)**

Edição especial de 1995.

Resolução nº 93, de 1970. Texto consolidado, com as alterações adotadas pelas Resoluções nºs 51, 58 e 63, de 1989, e 1, 9, 17 e 52, de 1990.

**REGIMENTO COMUM (CONGRESSO NACIONAL) (R\$ 5,00)**

Edição de 1995.

Resolução nº 1/70 CN com alterações posteriores.

**REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA N°s 1, 10, 12, 17, 22, 82 A 84, 88 A 108, 110 A 127. (R\$ 12,50 o volume)**

Publicação trimestral de artigos jurídicos e técnico-legislativos com circulação ininterrupta desde 1964.

**SENADO & CONGRESSO (R\$ 5,00)**

Edição de 1995.

Proposições Legislativas, Tramitação, 1995.

## Outros títulos

**ESTUDOS DA INTEGRAÇÃO (R\$ 5,00 o volume)**

*1º Volume:* Defesa da concorrência no Mercosul – Professor Werter Faria; *2º Volume:* A Defesa contra as práticas desleais na Europa – Um exemplo a seguir? – Professor Werter Faria; *3º Volume:* O regime comum de origem no Mercosul; *4º Volume:* ZPEs brasileiras – A necessidade de mudanças no contexto do Mercosul; *5º Volume:* Disciplina da concorrência de controle das concentrações de empresas no Mercosul; *6º Volume:* Os efeitos do artigo 98 do Código Tributário Nacional e o Processo de Integração do Mercosul; *7º Volume:* O estabelecimento de uma política comum de proteção do meio ambiente – sua necessidade num mercado comum; *8º Volume:* Harmonização Legislativa no Mercosul.

**LEI DE EXECUÇÃO PENAL E LEGISLAÇÃO CORRELATA (R\$ 10,00)**

Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Código Penal e Código de Processo Penal. Lei das Contravenções Penais, de Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e sobre Crimes Hediondos. Resoluções da ONU sobre prevenção do delito e tratamento dos reclusos.

**OBRA SOCIAL È POLÍTICA DE ALBERTO PASQUALINI (R\$ 25,00)**

Edição de 1994. 4 volumes.

**LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA (R\$ 12,00)**

10ª edição atualizada, 1994.

Código Eleitoral. Lei de Inelegibilidade. Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Eleições de 1994. Legislação correlata. Calendário eleitoral.

---

**Pedidos à**

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal. Praça dos Três Poderes, Via N-2, Unidade de Apoio III. CEP 70165-900. Brasília-DF. Telefones: (061) 311-4258 e 321-7333. Telex: (061) 1357

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal**

## **Novas publicações**

### **CANUDOS E OUTROS TEMAS (R\$ 10,00)**

Euclides da Cunha.

Edição de 1994 comemorativa dos 90 anos de publicação de *Os Sertões*.

### **CONSTITUIÇÃO DE 1988 (R\$ 5,00)**

Edição atualizada em 1995 contendo as Emendas Constitucionais e as Emandas Constitucionais de Revisão.

### **CONSTITUTION DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL / CONSTITUTION OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL (R\$ 5,00)**

Tradução para o francês de Jacques Villemain e Jean-François Cleaver (Tradutor do Senado Federal) da edição atualizada em 1994, contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

Tradução para o inglês de Istvan Vajda, Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres e Vanira Tavares de Souza, tradutores dos Senado Federal, da edição atualizada em 1994, contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

### **ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (R\$ 5,00)**

Edição de 1995.

Lei nº 8.069 e as alterações da Lei nº 8.242 e Legislação Correlata.

### **GUIA DAS ELEIÇÕES DE 1994 (R\$ 3,00)**

Edição de 1994.

Comentários à Lei nº 8.713/93 e informações complementares.

### **LEGISLAÇÃO INDIGENISTA (R\$ 5,00)**

Edição de 1993.

Coletânea de textos jurídicos e legislação correlata relativos aos direitos indígenas.

### **LICITAÇÕES, CONCESSÕES E PERMISSÕES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (R\$ 5,00)**

Edição de 1995.

Leis 8.666/93, 8.883/94, 8.987/95, texto da Constituição federal sobre matéria e Legislação Complementar.

### **RELATORIA DA REVISÃO CONSTITUCIONAL (R\$ 45,00 a coleção)**

Edição de 1994.

Série com 03 volumes – Pareceres produzidos (histórico)

### **REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR (R\$ 5,00)**

Edição de 1995.

Dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e Legislação Complementar.

**Pedidos à**

**Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal, Praça dos Três Poderes, Via N-2, Unidade de Apoio III, CEP 70165-900, Brasília-DF. Telefones: (061) 311-4258 e 321-7333. Telex: (061) 1357**



**EDIÇÃO DE HOJE: 48 PÁGINAS**